

**À ILUSTRÍSSIMA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ADMINISTRATIVOS DA FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA – FAETEC**

Referência: Pregão Eletrônico 003/2021

Processo Adm.: 260005/002832/2020

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EIRELI., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 04.312.370/0001-15, já qualificada no processo em epígrafe, doravante denominada Recorrente, por intermédio de seu representante legal infra-assinado, vem, com fundamento no artigo 4º, XVIII Lei 10.520/2002 e no artigo 26 do Decreto 5.450/2005 apresentar

RAZÕES DE RECURSO

Contra a equivocada decisão que inabilitou a Recorrente, tudo em função das razões de fato e de direito aduzidas.

I. DA TEMPESTIVIDADE

De acordo com a inteligência do artigo 26 do Decreto 5.450/2005 “qualquer licitante poderá durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentar as razões de recurso (...)”

In casu, a sessão pública ocorreu no **dia 17/05/2021**, segunda-feira, ocasião em que foi manifestada a intenção de recurso.

Assim, o prazo limite para apresentação de razões seria o dia **20/05/2021**, quinta-feira, o qual encontra-se devidamente cumprido no prazo legal.

2. DO MÉRITO RECURSAL

Trata-se, respeitosamente, de Recurso face ao inconformismo da Recorrente em razão da equivocada análise da Ilma. Comissão de Pregão que declarou a empresa MULTIPLY desclassificada no certame em destaque, mesmo tendo esta apresentado documentos em conformidade com o Edital.

Ocorre que, a proposta da Recorrente foi submetida a análise da referida Comissão, durante o exame, observou-se que a citada proposta continha valor incontestavelmente competitivo e que sua documentação referente a Qualificação Técnica, Jurídica e Financeira preenchia todos os requisitos do Instrumento Convocatório. Entretanto, segundo a honrosa Comissão, a Recorrente foi desclassificada porque deixou de observar a nova Convenção Coletiva Trabalhista - CCT n. RJ000713/2021.

Vejamos, a supracitada CCT foi registrada no Ministério do Trabalho e Emprego – MTE em 30/03/2021, porém o prazo final para entrega das propostas foi marcado para 26/03/2021 (Abertura da Sessão), verifica-se que a CCT que motivou a desclassificação da Recorrente ainda não estava vigente na data da Sessão, além do mais, o Termo de Referência foi elaborado de acordo com a mesma CCT utilizada pela Recorrente. Portanto, trata-se a presente situação de erro meramente material.

Ilustríssima Comissão, considerando as razões apontadas, a Recorrente não poderia ser desclassificada, **tendo vista se tratar de mero erro material**, *data vênia*, faltou Razoabilidade ao analisar a questão, além disso, a Comissão de análise deixou de observar os preceitos do Princípio da Economicidade.

Outrossim, a Ilma. Comissão não observou as diretrizes fundamentais do processo licitatório, note que a Recorrente não foi a única inabilitada pelo motivo acima exposto, diversas empresas tiveram suas propostas desclassificadas com a justificativa de não observar a CCT registrada em 30/03/2021.

Embora outras licitantes tenham sido desclassificadas pelo mesmo motivo acima, **no caso da Recorrente, este foi o único motivo de sua desclassificação**. Dito isso, torna-se importante frisar, novamente, que a Recorrente apresentou documentos

referentes a sua habilitação em total atendimento ao edital. Considerando a situação narrada, era esperado que a Comissão analisasse tal situação sob a ótica da Razoabilidade.

Prezados, a capacidade administrativa da Recorrente é amplamente reconhecida por seus pares e por diversos entes administrativos. Frisa-se que a Recorrente é plenamente idônea e possui confortável suficiência econômico-financeira para cumprir com as obrigações trabalhistas, tanto os salários quanto os benefícios **dispostos na CCT vigente nº RJ000713/2021**, conforme demonstrativo em anexo. (doc. 1)

A fim de asseverar a capacidade da Recorrente para executar os serviços e exigências do edital, anexou-se a este Recurso Declaração informando que os salários e benefícios dos funcionários serão os atuais, bem como uma Declaração de demonstração de capacidade econômico financeira. (Doc. 2 e 3)

É oportuno lembrar que, em celebrada obra jurídica, Maria Sylvia Zanella di Pietro leciona a respeito da definição de ato discricionário, a fim de facilitar o nosso entendimento sobre a matéria:

“São os que a Administração pratica com certa margem de liberdade de avaliação ou decisão segundo critérios de conveniência e oportunidade formulados por ela mesma, ainda que adstrita à lei reguladora da expedição deles. A discricionariedade ocorre com maior frequência no motivo e no objeto do ato. O motivo são as razões de fato e de direito que resultaram na prática de um determinado ato, ou seja, o motivo antecede o ato.” (Di Pietro. Direito administrativo. São Paulo. Atlas, 2003).

Visto isso, é possível notar, que mesmo despropositadamente o agente público pode praticar ato discricionário lesivo pela sua formalidade exacerbada, isso poderia trazer sérias consequências na busca pela correta gerência dos interesses da sociedade, além disso, temos a lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999 que dispõe sobre as normas do processo administrativo, seu art. 2º leciona o seguinte **“A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, RAZOABILIDADE, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e EFICIÊNCIA”**. *Grifo nosso*



Ademais, o Princípio da Legalidade orienta o administrador público em suas decisões durante todo o procedimento, pois diferentemente do direito na esfera privada, onde o particular pode fazer tudo o que a lei não proíba, no âmbito público, o bom administrador apenas fará o que a lei, de forma expressa, autorizar. Todo este rigor, serve para tentar evitar-se abusos de conduta e desvios de objetivos.

Prezados, como anteriormente citado, observa-se que a Economicidade também não foi levada em consideração, visto que, após apresentar proposta competitiva e exequível, a Recorrente foi desclassificada por mero erro material.

“A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.”

Régis Fernandes de Oliveira explica que **“economicidade diz respeito a se saber se foi obtida a melhor proposta para a efetuação da despesa pública, isto é, se o caminho perseguido foi o melhor e mais amplo, para chegar-se à despesa e se ela fez-se com modicidade, dentro da equação custo-benefício.”** (OLIVEIRA, Editora Revista dos Tribunais, 1990, p. 94.) *Grifo nosso*

“O princípio da eficiência apresenta, na realidade, dois aspectos: pode ser considerado em relação ao modo de atuação do agente público, do qual se espera o melhor desempenho possível de suas atribuições, para lograr os melhores resultados; e em relação ao modo de organizar, estruturar, disciplinar a Administração Pública, também com o mesmo objetivo de alcançar os melhores resultados na prestação do serviço público” (Di Pietro, 2005:84)

Já Ricardo L. Torres, por sua vez, afirma que o **“conceito de economicidade, originário da linguagem dos economistas, corresponde, no discurso jurídico, ao de justiça.”** Implica **“na eficiência na gestão financeira e na execução orçamentária, consubstanciada na minimização de custos e gastos públicos e na maximização da receita e da arrecadação”**. Por fim, conclui que é, **“sobretudo, a justa adequação e equilíbrio entre as duas vertentes das finanças públicas.”** (TORRES, Revista do TCE/RJ, nº 22, jul/1991, pp. 37/44.) *Grifo nosso*

Isto posto, outra solução não se impõe a não ser reconsiderar a decisão que inabilitou a Recorrente, para que a mesma seja habilitada e classificada, fazendo com esta atitude, que a administração possa reparar a lesão causada aos institutos legais que

sustentam e norteiam a administração pública, além da possibilidade de homenagear os princípios acima citados, principalmente os da **ECONOMICIDADE** e **RAZOABILIDADE**.

Não obstante, o *caput* do artigo 3º, da Lei nº 8.666/93, subsidiariamente aplicável à espécie por força do disposto no artigo 9º da Lei nº 10.520/02, **estabelece o axioma invocado como princípio norteador da licitação, aliado sempre à busca pela proposta mais vantajosa para a Administração**, senão veja-se:

Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta **mais vantajosa para a Administração**(...) *Grifo nosso*

Nas lições, sempre atuais, do Mestre Hely Lopes Meirelles: "(...)uma falha inócua na interpretação do edital, não deve propiciar a rejeição sumária da oferta. Aplica-se, aqui, a regra universal do *utile per inutile non vitiatur*, que o Direito francês resumiu no *pas de nullité sans grief*. **Melhor que se aprecie uma proposta sofrível na apresentação, mas vantajosa no conteúdo, do que desclassificá-la por um rigorismo formal e inconstitucional** com o caráter competitivo da licitação" (cf. Licitação e Contrato Administrativo, 11ª ed., Malheiros, 1997, p. 124) *Grifo nosso*.

Seguindo esse entendimento e dando total atenção aos princípios, o Tribunal de Contas da União vem solucionando diversas discussões que acompanham esse mesmo tema, ou seja, desclassificação da proposta por mero erro material, nessas discussões o TCU tem sido claro e firme nas soluções apresentadas, inclusive, emergimos um de seus Acórdãos:

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação, com pedido de medida cautelar, apresentada pela empresa Informação Publicidade Ltda., acerca de possíveis irregularidades no Ministério da Educação (MEC), relacionadas à Concorrência 1/2013, do tipo "técnica e preço". Essa licitação refere-se à contratação de serviços técnicos de assessoria de comunicação, com valor estimado de R\$ 5.267.349,84.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 1º, inciso II, da Lei

8.443/1992, e no art. 1º, inciso XXVI, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. conhecer da presente Representação, uma vez preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, e art. 237, VII, do Regimento Interno do TCU, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. determinar, com base no art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, e no art. 45, caput, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 251 do Regimento Interno do TCU, ao Ministério da Educação – MEC – que, no prazo de 15 (quinze) dias, no âmbito da Concorrência 1/2013, adote as providências necessárias ao exato cumprimento do disposto no art. 3º, caput, da Lei nº 8.666/1993, procedendo: a anulação do ato de desclassificação da empresa Informação Publicidade Ltda., e dos demais atos dele decorrentes, retornando, no caso de optar pela continuidade da licitação, à fase de avaliação das propostas;

Caso não seja suficiente a lição do Tribunal de Contas da União, veja também que outros tribunais seguem a mesma decisão com a pretensão de proteger o interesse público e garantir o respeito aos princípios que regem a seara administrativa, é o caso por exemplo do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que deu provimento ao Mandado de Segurança, onde ficou flagrante a afronta ao princípio o Formalismo Moderado e razoabilidade no ato de agente administrativo que desclassificou um licitante em razão de erro sanável.

DIREITO ADMINISTRATIVO - APELAÇÃO CÍVEL/REEXAME NECESSÁRIO - MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO - DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTA - VÍCIO FORMAL - FORMALISMO EXACERBADO - PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. - Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam. - Na busca da preservação do interesse público no procedimento licitatório, o descumprimento a qualquer exigência formal, certas vezes, por sua irrelevância, deve ser

temperado pelo princípio da razoabilidade e bom senso, repudiando-se formalismos exacerbados. - Demonstrado o direito líquido e certo da impetrante (empresa licitante inabilitada), na medida em que o formalismo excessivo na desclassificação da sua proposta por vício formal (erro material) não é consentâneo com o princípio da razoabilidade. Por consequência, a concessão da ordem para determinar seu prosseguimento no processo licitatório, em igualdade com os demais licitantes, é medida que se impõe. - Sentença confirmada. Recurso prejudicado.

(TJ-MG - REEX: 10216110079383002 MG, Relator: Heloisa Combat, Data de Julgamento: 08/08/2013, Câmaras Cíveis / 4ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 14/08/2013) *Grifo nosso*

Erro no preenchimento da planilha de formação de preço do licitante não constitui motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a Planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado. (Acórdão 1.811/2014 – Plenário do TCU) *Grifo nosso*

A existência de erros materiais ou omissões nas planilhas de custos e preços das licitantes não enseja a desclassificação antecipada das respectivas propostas, devendo a Administração contratantes realizar diligências junto às licitantes para a devida correção das falhas, desde que não seja alterado o valor global proposto. (Acórdão 2.546/2015 – Plenário do TCU) *Grifo nosso*

Além disso, aos órgãos e entidades subordinados à disciplina das instruções normativas editadas pelo Mpog, a IN nº 02/2008 dispõe expressamente, em seu art. 29-A, §2º, que “erros no preenchimento da planilha não são motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a Planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é suficiente para arcar com todos os custos da contratação”. *Grifo nosso (Doc. 4)*

Por todo exposto, diante da Doutrina, Jurisprudência e das Diretrizes legais, conclui-se que a inabilitação da Recorrente não possui amparo legal, sendo assim, a

decisão merece ser reformada, outrossim, não foram observados princípios explícitos e implícitos, entre eles a **Legalidade, razoabilidade, eficiência, economicidade**.

III. DOS PEDIDOS

Assim, a Recorrente requer à Vossa Senhoria se digne:

Que seja recebido o presente **RECURSO** e dado provimento às suas razões, ou seja, a Reforma da respeitável decisão para que a Recorrente seja declarada Classificada e Habilitada, uma vez que durante análise de sua documentação não foram observados os Fundamentos basilares do processo licitatório, sobretudo o da Razoabilidade;

No entanto, caso a Ilma., Comissão não entenda pela reforma da equivocada decisão, requer-se a Remessa dos autos à Autoridade Superior, onde, espera que seja conhecido e acolhido o presente apelo, à vista da sustentação jurídica e dos elementos fáticos supra expendidos.

Não obstante, a Recorrente aproveita a oportunidade para renovar os votos de elevada estima e consideração.

Termos em que,

pede deferimento.

Rio de Janeiro, 19 de maio de 2021.


MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EIRELI

CNPJ nº 04.312.370/0001-15

Thiago Pontes de Souza

Sócio

RG 213995350 DIC/RJ

CPF 111.548.607-10

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE
MANUTENÇÃO LTDA.

R. Vinte e Quatro de Fevereiro, 169
Bonsucesso - CEP 21040-300
Rio de Janeiro - RJ

ÀO ILUSTRÍSSIMA SR. PREGOEIRO DA FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA – FAETEC

Ref. PREGÃO ELETRÔNICO nº 03/2021.

Processo SEI n.º 260005/002832/2020.

Colendo Pregoeiro, inicialmente expressamos nossos mais sinceros cumprimentos a todos os agentes que compõe este honorável Órgão. Vimos através deste singelo instrumento, em conformidade ao requisito ofertado pelo Emérito órgão, atestar que, podemos afirmar que sim, temos a total capacidade de executar o objeto do contrato, não só executá-lo, mas também demonstrar ao longo do período que nossa prestação está à altura desta instituição.

Ocorre que, ainda que tenhamos aberto mão de significativo valor, possuímos dentro do valor proposto uma relevante margem de segurança, não se trata de afirmações vazias, acontece que possuímos larga experiência com essa espécie de serviço e fazemos constantemente cálculos a fim de prever alguma inviabilidade, a respeito dos insumos, é comum adquirirmos variados itens em elevada escala, pois a nós é conveniente manter estoques de itens chaves.

Além disso, é sabido por grande parte das empresas prestadoras desse tipo de serviço, que este órgão possui histórico ilibado quanto ao cumprimento de sua parte no pactuado, isso só aumenta a nossa certeza. Importa revelar que, recentemente, consciente do impacto da COVID-19 em nosso território e atento a insegurança que causaria em toda a população, adiantamos a folha de pagamento dos nossos colaboradores, assim, podem enfrentar essa fase com mais confiança.

Cabe acrescentar que, posteriormente apresentaremos cópia de apólice assecuratória específica para este contrato, essa respectiva apólice terá como desígnio garantir as particularidades ressaltadas pertinentemente pelo Órgão demandante, particularidades suscitadas em louvável manifestação.

Ora excelência, apesar de não haver previsão no certame, frisa-se que, além das já contidas no edital, nossa empresa apresentará garantia a fim de cobrir outras particularidades do objeto, tudo em respeito ao § 1º, art. 56 da Lei n.º 8.666/93.

O Edital e Anexos atualmente, preveem especificamente no Item 19, as seguintes obrigações para a contratada. "A CONTRATADA se obriga a manter, por sua conta exclusiva, em companhia seguradora de idoneidade reconhecida, todos os seguros exigidos por lei"

a) Responsabilidade civil; (Além disso, em nosso seguro estarão cobertos também os prejuízos advindos do não cumprimento do contrato)

b) de pessoal; (Além disso, em nosso seguro estarão cobertas também as obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela CONTRATADA)

c) prejuízos diretos causados à **CONTRATANTE** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato I. (Além disso, em nosso seguro estarão cobertas também as multas punitivas aplicadas pela fiscalização à CONTRATADA e os prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato)

"sendo a única responsável por quaisquer danos que venha sofrer, ou que venham sofrer os seus empregados, prepostos e terceiros, independentemente de dolo ou culpa, decorrentes de sinistros ocorridos durante a execução e/ou em razão da execução dos serviços, nas dependências, instalações, materiais e equipamentos do CONTRATANTE".

Portanto, convicto da exequibilidade de nossa proposta, confiando naquilo que é concreto, ou seja, a soma da nossa vasta experiência no mercado, nossa eficiente gestão dos suprimentos, o notório e polido histórico da instituição no cumprimento de sua alçada, bem como o compromisso em apresentarmos a supracitada Apólice, afirmamos e garantimos que temos a total capacidade para cumprirmos com o objeto do contrato, arcando com todos os custos trabalhistas, salários e benefícios de acordo com convenção coletiva e Leis vigentes.

No mais, renovamos nossos votos de elevada estima e admiração a esse órgão.

RIO DE JANEIRO, 19 de maio de 2021.

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA

Thiago Pontes de Souza

Sócio

RG 213995350 DIC/RJ

CPF 111.548.607-10

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE
MANUTENÇÃO LTDA.

R. Vinte e Quatro de Fevereiro, 169
Bonsucesso - CEP 21040-300
Rio de Janeiro - RJ

34

MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped	Versão: 7.0.2
---	----------------------

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 33600928699	CNPJ 04.312.370/0001-15	
NOME EMPRESARIAL MULTIPLY SERVICOS E MANUTENCAO EIRELI		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/01/2019 a 31/12/2019
NATUREZA DO LIVRO Escrituração Contábil Digital do Livro Diário Geral	NÚMERO DO LIVRO 19
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) 8F.BE.C2.B2.FC.13.0C.C8.54.E0.BC.FF.A0.01.EA.7F.A1.57.0D.03	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTE CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Signatário da ECD com e-CNPJ ou e-PJ	04312370000115	M Z SERVICOS ESPECIAIS LTDA 04312370000115	361526545462254398 2	05/09/2019 a 04/09/2020	Sim
Contador	53037839791	LUIZ FREITAS BORGES 53037839791	675372006618351260 3	10/05/2019 a 10/05/2020	Não

NÚMERO DO RECIBO:

8F.BE.C2.B2.FC.13.0C.C8.54.E0.BC.
FF.A0.01.EA.7F.A1.57.0D.03-8

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 24/04/2020 às 14:48:50

22.41.98.C5.6F.D1.A3.02
41.66.A0.E0.C2.BE.6C.B2

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

2

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO



Entidade: MULTIPLY SERVICOS E MANUTENCAO EIRELI
Período da Escrituração: 01/01/2019 a 31/12/2019 CNPJ: 04.312.370/0001-15
Número de Ordem do Livro: 19
Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2019 a 31 de Dezembro de 2019

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial MULTIPLY SERVICOS E MANUTENCAO EIRELI
NIRE 33600928609
CNPJ 04.312.370/0001-15
Número de Ordem 19
Natureza do Livro Escrituração Contábil Digital do Livro Diário Geral
Município Rio de Janeiro
Data do arquivamento dos atos constitutivos 24/10/2019
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária
Data de encerramento do exercício social 31/12/2019
Quantidade total de linhas do arquivo digital 3473

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial MULTIPLY SERVICOS E MANUTENCAO EIRELI
Natureza do Livro Escrituração Contábil Digital do Livro Diário Geral
Número de ordem 19
Quantidade total de linhas do arquivo digital 3473
Data de início 01/01/2019
Data de término 31/12/2019

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 8F.BE.C2.B2.FC.13.0C.C8.54.E0.BC.FF.A0.01.EA.7F.A1.57.0D.03-8, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 7.0.2 do Visualizador

Página 1 de 1

BALANÇO PATRIMONIAL



Entidade: MULTIPLY SERVICOS E MANUTENCAO EIRELI
 Período da Escrituração: 01/01/2019 a 31/12/2019 CNPJ: 04.312.370/0001-15
 Número de Ordem do Livro: 19
 Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2019 a 31 de Dezembro de 2019

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
Ativo		R\$ 4.851.294,44	R\$ 8.194.446,05
Ativo Circulante		R\$ 4.261.886,24	R\$ 7.605.037,85
Caixa e Equivalentes de Caixa		R\$ 563.563,29	R\$ 4.256.291,91
Numerários em caixa		R\$ 563.563,29	R\$ 4.255.424,94
Banco conta movimento		R\$ 0,00	R\$ 0,00
Aplicações		R\$ 0,00	R\$ 866,97
Clientes		R\$ 1.874.081,39	R\$ 739.689,43
Adiantamentos		R\$ 0,00	R\$ 6.000,00
Contas correntes empregados		R\$ 0,00	R\$ 0,00
Empréstimos		R\$ 1.824.241,56	R\$ 2.479.361,30
Impostos diversos a compensar		R\$ 0,00	R\$ 123.715,21
Ativo Não Circulante		R\$ 589.408,20	R\$ 589.408,20
Imobilizado		R\$ 589.408,20	R\$ 589.408,20
Passivo		R\$ 4.851.294,44	R\$ 8.194.446,05
Passivo Circulante		R\$ 1.296,19	R\$ 1.100.962,45
Fornecedores		R\$ 1.296,19	R\$ 34.182,31
Duplicatas a Pagar		R\$ 1.296,19	R\$ 34.182,31
Imposto a pagar / recolher		R\$ 0,00	R\$ 491.224,62
Salários e contribuições previdenciárias		R\$ 0,00	R\$ 205.735,52
Credores diversos		R\$ 0,00	R\$ 369.820,00
Passivo Não Circulante		R\$ 0,00	R\$ 24.460,00
Financiamentos e Leasing		R\$ 0,00	R\$ 24.460,00
Leasing		R\$ 0,00	R\$ 24.460,00
Patrimônio líquido		R\$ 4.849.998,25	R\$ 7.069.023,60
Capital Social		R\$ 50.000,00	R\$ 2.050.000,00
Capital Integralizado		R\$ 50.000,00	R\$ 2.050.000,00
Reservas de lucros		R\$ 0,00	R\$ 5.019.023,60
Prejuízos acumulados		R\$ 4.799.998,25	R\$ 0,00

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 8F.BE.C2.B2.FC.13.0C.C8.54.E0.BC.FF.A0.01.EA.7F.A1.57.0D.03-8, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 7.0.2 do Visualizador

Página 1 de 1

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



Entidade: MULTIPLY SERVICOS E MANUTENCAO EIRELI
 Período da Escrituração: 01/01/2019 a 31/12/2019 CNPJ: 04.312.370/0001-15
 Número de Ordem do Livro: 19
 Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2019 a 31 de Dezembro de 2019

Descrição	Nota	Valor Inicial	Valor Final
RECEITA BRUTA		R\$ 0,00	R\$ 2.510.139,00
Receita bruta de serviços		R\$ 0,00	R\$ 2.510.139,00
(-) (-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		R\$ 0,00	R\$ (217.127,00)
(-) Dedução de receita bruta de vendas		R\$ 0,00	R\$ (91.620,06)
(-) Dedução de receita bruta s/ serviços		R\$ 0,00	R\$ (125.506,94)
RECEITA LÍQUIDA		R\$ 0,00	R\$ 2.293.012,00
(-) CUSTO DAS VENDAS/SERVIÇOS		R\$ (65.000,00)	R\$ (1.534.216,09)
(-) Mão de obra direta		R\$ 0,00	R\$ (1.509.155,15)
(-) Utilidades e serviços		R\$ 0,00	R\$ (11.777,16)
(-) Aluguéis e arrendamento		R\$ (65.000,00)	R\$ (13.262,78)
(-) Impostos e taxas		R\$ 0,00	R\$ (21,00)
LUCRO BRUTO		R\$ (65.000,00)	R\$ 758.795,91
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		R\$ 0,00	R\$ (200.769,39)
(-) Despesas gerais da administração		R\$ 0,00	R\$ (200.769,39)
(-) DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS		R\$ 0,00	R\$ (5.636,29)
(-) Despesas Bancárias		R\$ 0,00	R\$ (5.636,29)
RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO		R\$ (65.000,00)	R\$ 552.390,23
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		R\$ (65.000,00)	R\$ 552.390,23
(-) PROVISÃO PARA IR E CSLL		R\$ 0,00	R\$ (333.364,88)
(-) Despesas tributárias		R\$ 0,00	R\$ (333.364,88)
RESULTADO LÍQUIDO		R\$ (65.000,00)	R\$ 219.025,35
RESULTADO LÍQUIDO APÓS PARTICIPAÇÕES		R\$ (65.000,00)	R\$ 219.025,35

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 8F.BE.C2.B2.FC.13.0C.C8.54.E0.BC.FF.A0.01.EA.7F.A1.57.0D.03-8, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 7.0.2 do Visualizador

Página 1 de 1

DEMONSTRAÇÃO DE ÍNDICES FINANCEIROS

EM 31/12/2019;

ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL

<u>ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL À LONGO PRAZO</u>	7.605.037 = 6,76
<u>PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL À LONGO PRAZO</u>	1.125.422

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE:

<u>ATIVO CIRCULANTE</u>	7.605.037 = 6,91
<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>	1.100.962

ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO:

<u>PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL À LONGO PRAZO</u>	1.125.422 = 0,14
<u>ATIVO TOTAL</u>	8.194.446

PL = R\$ 7.069.023

CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO

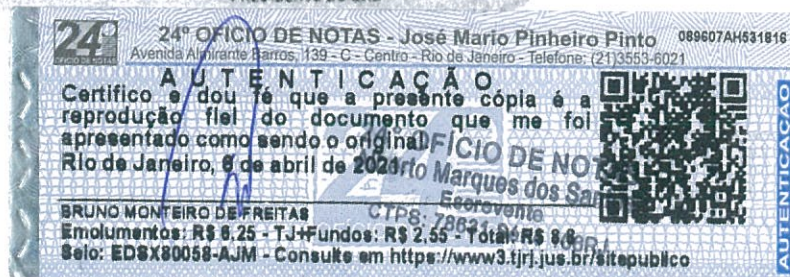
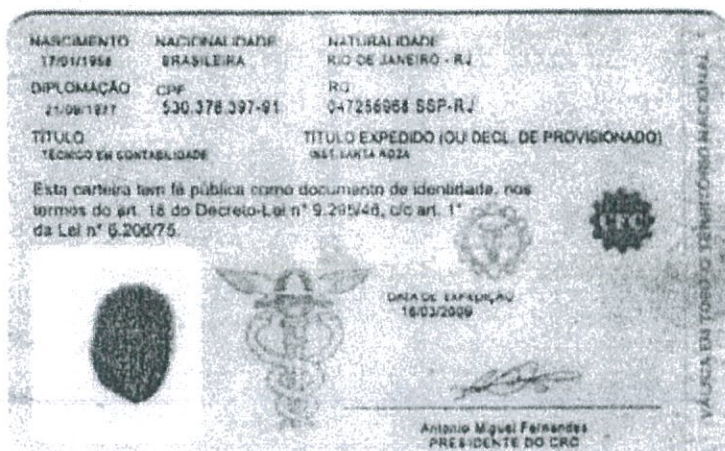
AC - PC = 7.605.037 - 1.100.962 = R\$ 6.504.075

Rio de Janeiro, 10 de Março de 2021.

Luiz Freitas Borges

Luiz Freitas Borges
TC - CRCRJ 047180-0/5
CPF: 530.378.397-91





12

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - RJ****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - RJ CERTIFICA que o profissional identificado no presente documento encontra-se em situação REGULAR neste Regional, apto ao exercício da atividade contábil nesta data, de acordo com as suas prerrogativas profissionais, conforme estabelecido no art. 25 e 26 do Decreto-Lei n.º 9.295/46.

Informamos que a presente certidão não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados contra o titular deste registro, bem como não atesta a regularidade dos trabalhos técnicos elaborados pelo profissional da Contabilidade.

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE RJ**

Certidão n.º: RJ/2021/00000282
Nome: LUIZ FREITAS BORGES CPF: 530.378.397-91
CRC/UF n.º RJ-047180/O Categoria: TÉCNICO EM CONTABILIDADE
Validade: 13.06.2021
Finalidade: RELATÓRIO DE AUDITORIA

Confirme a existência deste documento na página WWW.CRC.ORG.BR, mediante número de controle a seguir:

CPF : 530.378.397-91 Controle : 9728.1356.1356.1670

LICITACAO.

1º

Ofício do Registro de Distribuição

RUA DO OUVIDOR, 63 - 2º ANDAR - CENTRO - RJ
Delegatário: Lélío Gabriel Hellodoro dos Santos

CERTIDÃO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS AJUIZADOS
O REGISTRADOR DO 1º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE E
COMARCA DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

C E R T I F I C A

com referência aos assuntos abaixo mencionados, e DÁ FÉ QUE, revendo em seu poder e Serviço os livros e/ou assentamentos das distribuições em curso ou andamento relativos a:

A) FALÊNCIAS, CONCORDATAS, INSOLVÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DISTRIBUIDAS A UMA DAS VARAS EMPRESARIAIS.

DESDE SEIS DE MARÇO DE DOIS MIL E UM ATÉ SEIS DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE E UM (06/03/2001 ATÉ 06/03/2021), dele(s) *****

*_*_*_*_*_*_*_*_*_*_NADA_CONSTA_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*_

Relativamente ao nome de MULTIPLY SERVICOS E MANUTENCAO EIRELI - CNPJ: 04.312.370/0001-15 *****
Rio de Janeiro, Capital em 09/03/2021. QUALIFICAÇÃO conf. o requerido. Emolumentos Tab.01. Ato 01: R\$ 43,70, Tab.04-Ato 08: R\$ 44,65, LEI 6.370 Art.2 §4: R\$ 0,89, FETJ: R\$ 17,67, FUNDPERJ: R\$ 4,41, FUNPERJ: R\$ 4,41, FUNARPEN: R\$ 3,53, ISS: R\$ 4,70. TOTAL: R\$ 123,96. EU, ADRIANO COUTO VEIGA (Mat.94/3809), Oficial Substituto a assino digitalmente.

CERTIDÃO ESPECIAL - (ART.21, § 1º, IV CNCGJERJ)
ESTA CERTIDÃO REFERE-SE ÚNICA E
EXCLUSIVAMENTE AO ASSUNTO REQUERIDO.

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
EDRZ 37109 SIT
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

- A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Central Eletrônica de Registros Públicos - ANOREG RJ (<http://validador.e-cartoriorj.com.br>).
- A certidão eletrônica estará disponível para download pelo período de 90 (noventa) dias após a sua emissão.
- Para a validação deste documento através do QR Code deverá ser utilizado somente o aplicativo validador e-cartoriorj, disponível na apple store ou Google Play.
- Provimento CGJ nº89/2016, regulamenta a emissão e o uso de certidões eletrônicas pelos serviços extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro.



CERP: 452D8078-28FE-4A65-AB65-6115DE266FDC

Página 1 de 1

2o. Ofício do Registro de Distribuição

RUA DA ASSEMBLÉIA, 19 - 7o. ANDAR - CEP 20011-020

CERP: e38e1bf3-6a39-413f-8866-bd7f3026ba9a

REQUERIDA EM: 09/03/2021

945700

01/77 Pag: 0001

MODELO(C)>> CERTIFICA A a B <<

PARA FINS DE: LICITACAO

Ronaldo Cramer Moraes Veiga - Oficial Registrador

Jorge Constancio Cassas - Substituto

CERTIDÃO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS AJUIZADOS

O REGISTRADOR DO 2o. OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE E COMARCA DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

C E R T I F I C A e D Á F É

QUE REVENDO OS LIVROS E ASSENTAMENTOS DAS DISTRIBUIÇÕES EM CURSO OU ANDAMENTO SOBRE:

A - Ações de Falência ou Concordata distribuídas as Varas Competentes, bem como, Inquéritos Judiciais Falimentares ou Falências Dolosas as Varas Criminais ou outras (art.186 da Lei de Falências), Recuperações Judiciais;

B - Interdições previstas pela Lei no. 6024 desde 13/03/1974, que trata da intervenção e Liquidação Extrajudicial de Instituições Financeiras pelo Banco Central, do Brasil ou Ministério da Fazenda, desde:

QUATRO DE MARÇO DE DOIS MIL E UM ATÉ QUATRO DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE E UM (04/03/2001 a 04/03/2021) dele(s).....

.....**NADA CONSTA**.....
Relativamente ao Nome de MULTIPLY SERVICOS E MANUTENCAO EIRELI Qualificação: 04312370000115 (conforme requerido).....

EMITIDA EM: 10/03/2021, RIO DE JANEIRO, COMARCA DA CAPITAL

EU REGISTRADOR ASSINO.

T O T A L R\$: 123.96

EMOL R\$: 88.35 - PMCMV(2%)R\$: 0.89 - FETJ(20%)R\$: 17.67 - FUNDPERJ(5%)R\$: 4.41 - FUNPERJ(5%)R\$: 4.41 - FUNARPEN(4%)R\$: 3.53 - ISS(5%)R\$: 4.70

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral de Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico

EDRL54368-JHR

Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>



Para a validação deste documento através do QR Code deverá ser utilizado somente o aplicativo validador e-cartoriorj, disponível na apple store ou Google Play.

Requerida em 09/03/2021

8174686/2021-1.00

Finalidade declarada FINS NEGOCIAIS / CONCORRÊNCIA

Modelo ESPECIAL folha 01

3º Ofício do Registro de Distribuição da Capital
Av. Erasmo Braga, 227 - Grupo 201 - CEP: 20020-902
**CERTIDÃO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO
DE FEITOS AJUIZADOS**

0903040365



CERP: b31fbd08-0702-47ee-954b-dd67ac532e03

- A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Central Eletrônica de Registros Públicos ANOREG RJ (<http://validador.e-cartorio.com.br>)
- A certidão eletrônica estará disponível para download pelo período de 90 (noventa) dias após a sua emissão
- Para a validação deste documento através do QR Code deverá ser utilizado somente o aplicativo validador e-cartoriorj, disponível na Apple Store ou no Google Play
- Provimento CGJ nº89/2016, regulamenta a emissão e o uso de certidões eletrônicas pelos serviços extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro

O REGISTRADOR DO 3º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, AO VERIFICAR OS LIVROS E/OU ASSENTAMENTOS DE SEU OFÍCIO RELATIVOS A FEITOS EM ANDAMENTO NO PERÍODO REQUERIDO E NO QUE CONCERNE AOS ASSUNTOS ABAIXO DISCRIMINADOS, CERTIFICA E DÁ FÉ

a) Falências, Concordatas, Recuperações Judiciais e demais ações e precatórias distribuídas às varas com competência Empresarial;

b) Inventários, testamentos, arrolamentos, arrecadações, administrações provisórias, tutelas, interdições, curatelas, declarações de ausência e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência em Órfãos e Sucessões;

c) Ações distribuídas às Varas da Infância, da Juventude e do Idoso mencionadas nos parágrafos 1º e 3º do artigo 33 da Consolidação Normativa da CGJ, desde

CINCO DE MARÇO DE DOIS MIL UM ate CINCO DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE E UM (05/03/2001 ate 05/03/2021) deles **NADA CONSTA** contra o nome de: **MULTIPLY SERVICOS E MANUTENCAO EIRELI**, qualificacao: CNPJ 04.312.370/0001-15 (conforme requerido)

Emitida em: 09/03/2021 Rio de Janeiro, RJ. OBS: Demais requisitos obrigatórios previstos na Lei 11.971/09: NÃO CONSTAM.

EMOLUMENTOS R\$ 88,35 (Tab1, Ato1 e Tab4, Ato8) + R\$ 0.89 (Lei 6.370/2012) + R\$ 17.67 (FETJ) + R\$ 4.41 (FUNDPERJ) + R\$ 4.41 (FUNPERJ) + R\$ 3.53 (FUNARPEN) + R\$ 4.70 (LEI 7128/2015) valor total R\$ 123,96

Podor Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
EDRU33021 XSS
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitopublico>

Cert. Proc. p/ LUIZ

SEI SEI-260005/001948/2021 / pg. 21



Nº do Pedido:
2021352345960

CERP:
b1565f3d-1789-451f-bcac-e8fed
102741c



Para a validação deste documento
através do QR Code deverá ser
utilizado somente o aplicativo
validador e-cartoriorj, disponível na
apple store ou Google Play

CERTIDÃO INTERDIÇÃO E TUTELA

CERTIDÃO NEGATIVA

JÚLIO CESAR MACEDÔNIO BUYS II, Titular do 1º RCPN da Cidade do Rio de Janeiro, com atribuição de interdições e tutelas. **CERTIFICA** que revendo os livros competentes da capacidade jurídica, dos mesmos **NADA CONSTA** com referência às interdições previstas nos artigos 1.767 e 1.779 do Código Civil Brasileiro, desde vinte e seis de abril de mil novecentos e vinte e nove, data da instalação deste Cartório, até a presente data; **CERTIFICA** ainda que **NADA CONSTA** com referência à Ausência, artigo 22 do Código Civil Brasileiro, desde vinte e seis de abril de mil novecentos e vinte e nove, data da instalação deste Cartório, até a presente data; **CERTIFICA** mais que **NADA CONSTA** com referência às Interdições Comerciais (Decreto Lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945 - Lei de Falências, atual lei nº 11.101, de 09 de Fevereiro de 2005, até a presente data); **CERTIFICA** também que **NADA CONSTA** com referência às interdições de direito (Artigo 92 - incisos I, II e III) conforme dispõe o Decreto Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal), desde 20 anos retro, até a presente data; **CERTIFICA** mais que **NADA CONSTA** com referência à Insolvência Civil, (Artigos 748 e seguintes da Lei 5.869, de 11 de Janeiro de 1973 - Código de Processo Civil Brasileiro, até a presente data); **CERTIFICA** finalmente que **NADA CONSTA** com referência à Indisponibilidade de Bens nos termos de que dispõe a Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974 que trata da Intervenção e Liquidação Extrajudicial de Instituições Financeiras pelo Banco Central do Brasil ou Ministério da Fazenda, até a presente data contra o nome **MULTIPLY SERVIÇOS E MANUTENÇÃO EIRELI**, CPF/CNPJ 04.312.370/0001-15. O referido é verdade e dou fé. Cidade de Rio de Janeiro, aos nove (9) dias do mês de março (3) de dois mil e vinte e um (2021). Emolumentos: Tab.21 Item I + (6x) + Tab.16 Item 4 + FUNARPEN 4% + FETJ 20% + FUNDPERJ 5% + FUNPERJ 5% + ISS - TOTAL R\$ = 159,88. Eu, Elenice Araújo da Silva - Mat. 94-1741, assino.

Finalidade: Licitacao

A PRESENTE CERTIDÃO NÃO PODE SER MATERIALIZADA POR SERVIÇO EXTRAJUDICIAL, EM RESPEITO AO PROVIMENTO CNJ 46/2015, AO PROVIMENTO CGJ-RJ 37/2013 E À NOTA INTEGRANTE 28, DA TABELA 22 DA LEI 3.350/1999, INSERIDA PELA LEI 7.128/2015

1º RCPN e de interdições e Tutelas do Estado do Rio de Janeiro
Oficial Registrador: JÚLIO CESAR MACEDÔNIO BUYS II
Município: RIO DE JANEIRO/RJ
Praia da Olaria, nº 155, Cocotá, Ilha do Governador
Site: cartoriocandelaria.com.br
Telefone: (21) 3386-1504
Email: atendimento@1rcpn.com.br

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
EDRO49167-IWD
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página <http://validador.e-cartoriorj.com.br>
A certidão eletrônica estará disponível para download no site <http://e-cartoriorj.com.br> pelo período de 90 (noventa) dias após a sua emissão.

Provimento CGJ nº 89/2016, regulamenta a emissão e o uso de certidões eletrônicas pelos serviços extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
2º OFÍCIO DE REGISTRO DE INTERDIÇÕES E TUTELAS
OFICIAL: MARIA DA GLÓRIA MARTINS DE CARVALHO
SUBSTITUTOS: ROBSON CARVALHO FILGUEIRAS
EUGÊNIO BUZHAR GERAISSATI

Rua da Assembléia, 19 - 9º andar - Centro - Tel.: 2533-1424 - CEP:20011-001

CERTIDÃO

M.^a DA GLORIA MARTINS DE CARVALHO, Oficial do Segundo Ofício do Registro de Interdições e Tutelas da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

CERTIFICA que revendo os livros competentes da capacidade jurídica sob a guarda deste serviço, desde a instalação do mesmo em vinte e seis de abril de mil novecentos e vinte e nove, NADA CONSTA na presente data, com referência as interdições previstas nos artigos 1.767 e 1.779 do Código Civil Brasileiro; CERTIFICA, ainda, que revendo os mesmos livros sob a guarda deste serviço, desde a instalação do mesmo, NADA CONSTA na presente data, com referência a Ausência, artigo 22 do Código Civil Brasileiro; CERTIFICA mais que, revendo os mesmos livros, NADA CONSTA em nossos arquivos, na presente data, em relação aos registros de Tomada de Decisão Apoiada (artigo 1.783-A do Código Civil Brasileiro); CERTIFICA, mais, que NADA CONSTA na presente data, com referência as Interdições Comerciais (Decreto Lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945 e a atual Lei nº 11.101/2005 - artigo nº 99 - 09 de fevereiro de 2005); CERTIFICA também, que observados os últimos 20 anos, NADA CONSTA na presente data, com referência as Interdições de Direito (artigo 92 - incisos I, II, III do Decreto Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal Brasileiro); CERTIFICA, outrossim, que NADA CONSTA na presente data, com referência a Insolvência Civil (artigos 748 e seguintes da Lei 5.869 de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil Brasileiro); CERTIFICA, finalmente, que em nossos arquivos iniciados em 13 de março de 1974 NADA CONSTA na presente data, com relação a Indisponibilidade de Bens, arrestos, sequestros e outras determinações comunicadas pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, CONTRA O NOME: **MULTIPLY SERVIÇOS E MANUTENÇÃO EIRELI-CNPJ: 04.312.370/0001-15**. O referido é verdade e dou fé. Cidade do Rio de Janeiro, nove de março de dois mil e vinte e um. TAB_6_L= R\$32,97+ TAB_6_BUSCA= R\$70,21+ TAB_1_4= R\$11,63= EMOL.: R\$114,81+ FETJ: R\$22,96+ FUNDPERJ: R\$5,74+ FUNPERJ: R\$5,74+ FUNARPENRJ: R\$4,59+ PROVIMENTO 12/2016 (ISS):R\$6,04= TOTAL = R\$159,88. Eu EUGENIO BUZHAR GERAISSATI, Substituto Legal - Cadastro:94-14921 assino pelo Oficial.

Finalidade: LICITACAO

MATRÍCULA: 0933690155 0000 9 00000 000 0000000 41



Para a validação deste documento através do QR Code deverá ser utilizado somente o aplicativo validador e-cartoriorj, disponível na apple store ou Google Play.

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônica
EDRJ 24048 PBA
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página <http://validador.e-cartoriorj.com.br>
A certidão eletrônica estará disponível para download no site <http://e-cartoriorj.com.br> pelo período de 90 (noventa) dias após a sua emissão.
Provimento CGJ nº89/2016, regulamenta a emissão e o uso de certidões eletrônicas pelos serviços extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro.

DOCUMENTO EMITIDO POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO. QUALQUER ERRO NA LEITURA OU IMPRESSÃO, INCLUSIVE NO CASO DE TRANSMISSÃO POR MEIO DE FAX, NÃO É RESPONSABILIDADE DO TITULAR DO TÍTULO.

PRESTA SE CONTRA O CANCELO

BUSCA PROCESSADA POR JULIA HEINRICHES DE SOUZA

5º Ofício do Registro de Distribuição

Av. Rio Branco, 131 - 11º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ

CERTIDÃO N° 00905099082021

OFICIAL DO 5º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NOMEADA NA FORMA DA LEI, revendo em seu poder e Serviço os livros de registro, fichários, arquivos e/ou assentamentos das distribuições registradas, CERTIFICA CONFORME REQUERIDO E DÁ FÉ QUE: DESDE 9 DE MARÇO DE 2001 A 9 DE MARÇO DE 2021, com referência aos assuntos abaixo mencionados:

- ESCRITURAS lavradas nos SERVIÇOS NOTARIAIS dos ofícios ímpares;
- ESCRITURAS lavradas nas CIRCUNSCRIÇÕES ÍMPARES DE REGISTRO CIVIL com atribuição notarial;
- ESCRITURAS lavradas no OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO DE CONTRATOS MARÍTIMOS;
- TESTAMENTOS PÚBLICOS lavrados por tabeliães de notas de ofícios ímpares;
- TESTAMENTOS CERRADOS aprovados por tabeliães de notas de ofícios ímpares;
- TESTAMENTOS REVOGATÓRIOS lavrados ou aprovados por tabeliães de notas de ofícios ímpares;
- PROCURAÇÕES PÚBLICAS EM GERAL (Lei Estadual nº 5358/2008) lavradas por tabeliães de notas de ofícios ímpares;
- PROCURAÇÕES EM CAUSA PRÓPRIA lavradas por tabeliães de notas de ofício ímpares;
- INVENTÁRIOS, PARTILHAS, SEPARAÇÕES CONSENSUAIS E DIVÓRCIOS CONSENSUAIS (Lei nº 11.441/2007) lavrados por tabeliães de notas de ofícios ímpares;
- CONTRATOS PARTICULARES TRANSLATIVOS DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS, cujo imóvel pertença à circunscrição imobiliária ímpar deste Município;
- ESCRITURAS LAVRADAS EM OUTROS MUNICÍPIOS, cujo imóvel pertença à circunscrição imobiliária ímpar deste Município;
- TÍTULOS DE ORIGEM JUDICIAL TRANSLATIVOS DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS, cujo imóvel pertença à circunscrição imobiliária ímpar deste Município;

NADA CONSTA em nome de MULTIPLY SERVICOS E MANUTENCAO EIRELI, CNPJ N° 04.312.370/0001-15, dados estes fornecidos pelo requerente, conforme pedido de certidão n° 00905099082021 arquivado eletronicamente neste Serviço Registral.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2021

BUSCA	TAB16-1	43,70	FUNARPEN Lei 6281/12	3,53
CERTIDAO	TAB19-8	44,65	FUNPERJ Lei 111/06	4,41
RESSAG	Lei 6370/12	0,89	FUNDPERJ Lei 4664/05	4,41
FETJ	Lei 3217/99	17,67	ISSQN	4,70
TOTAL			123,96	

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico

EDRZ81729-QRU

Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

CERP: d5da4f76-c86c-416c-8347-b0ffaec33d07

Finalidade da certidão (Licitação)

Busca feita por: RFB

Certidão expedida por: RFB

Assinado eletronicamente.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Central Eletrônica de Registros Públicos - ANOREG-RJ (<http://validador.e-cartorioj.com.br>)

A certidão eletrônica estará disponível para download pelo período de 90 (noventa) dias após a sua emissão.





Para a validação deste documento através do QR Code deverá ser utilizado somente o aplicativo validadore-cartoriorj, disponível na appstore ou Google Play.

6º Ofício do Registro de Distribuição

Sede – Av. Rio Branco, 135 – sala 501 – CEP 20.040-006

Pedidos de Certidão – Av. Rio Branco, 135 – Sala 415

www.sextodistribuidorj.com.br

Edgard França – Oficial Titular
Denyse Parreira França – Substituta

202106681

Poder Judiciário – TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
EDQR 27195 OXC
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

XX

O REGISTRADOR DO 6º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE E COMARCA DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, REVENDO EM SEU PODER E SERVIÇO E/OU ASSENTAMENTOS DAS DISTRIBUIÇÕES REGISTRADAS, **CERTIFICA E DÁ FÉ**, que:

- Escrituras Lavradas nos Serviços Notariais **pares**;
- Escrituras Lavradas nas Circunscrições de Registro Civil das Pessoas Naturais com atribuição notarial **pares**;
- Procurações em Causa Própria, lavradas nos Serviços Notariais e/ou de Registro Civil das Pessoas Naturais com atribuição notarial **pares**;
- Procurações Públicas em Geral, Substabelecimentos e Revogações, lavrados nos Serviços notariais e/ou de Registro Civil das Pessoas Naturais com atribuição notarial **pares**;
- Testamentos Públicos, Cerrados e Revogatórios lavrados e aprovados nos Serviços Notariais **pares** e/ou de Registro Civil das Pessoas Naturais com atribuição notarial **pares**;
- Contratos particulares, equiparados às escrituras públicas por força da lei;
- Contratos particulares translativos de direitos reais e procurações em causa própria relativos a estes direitos;
- Títulos de origem judicial translativos de direitos reais sobre imóveis;
- Escrituras lavradas em outros Municípios, cujo imóvel tenha como circunscrição imobiliária **par** deste Município;
- Inventários, Partilhas, Separações, Divórcios e Extinções de União Estável, Consensuais, decorrentes da Lei 11.441/2007, lavrados nos Serviços Notariais e nas Circunscrições de Registro Civil de Pessoas Naturais com atribuição notarial **pares**;
- Usucapião Extrajudicial, cujo imóvel pertença à circunscrição imobiliária par deste Município, que:

DESDE seis de março de dois mil e um até seis de março de dois mil e vinte e um, que deles **NADA CONSTA** em nome de **MULTIPLY SERVIÇOS E MANUTENÇÃO EIRELI**, CNPJ: **04.312.370/0001-15**, como requerido. Cidade do Rio de Janeiro, nove de março de dois mil e vinte e um.

Pedido	Busca	Certidão	Lei 3217/99	Lei 4664/05	Lei 111/06	Lei 6281/12	Lei 6370/12	Lei 7128/15	TOTAL
202106681	43.70	44.65	17.67	4.41	4.41	3.53	0.89	4.70	123.96
Busca: FMO	Expedida por: CR EL/	CERP=4f8669c6-feb7-4e49-b5ba-a3273819ccc5					Pesquisa de Bens/Escrituras		

- A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Central Eletrônica de Registros Públicos - ANOREG RJ (<http://validador.e-cartoriorj.com.br>)
- A certidão eletrônica estará disponível para download pelo período de 90 (noventa) dias após a sua emissão.

Estado do Rio de Janeiro
Cidade do Rio de Janeiro
70 OFICIO DE REGISTRO DE DISTRIBUICAO
Rua da Assembleia 10 - Sala 2212
Centro Candido Mendes

LAIR PIRES DA FONSECA, responsavel pelo expediente do 7o Oficio de Registro de Distribuicao (de Titulos para Protesto) da Capital do Estado do Rio de Janeiro, C E R T I F I C A que revendo os registros das distribuicoes de duplicatas, triplacatas, notas promissórias, letras de cambio, cheques, 'warrants', debentures, conhecimentos de frete, confissoes de dividas, verificacoes de contas, contratos de cambio, cédulas de credito bancario e outros documentos de divida, feitas em seu servico desde 01 MARCO 2016 ATE' 09 MARCO 2021

NADA CONSTA CONTRA MULTIPLY SERVICOS E MANUTENCAO EIRELI=====
COM O CGC : 04312370000115=====

(*ZERO*QUATRO*TRES*UM*DOIS*TRES*SETE*ZERO*ZERO*ZERO*ZERO*UM*UM*CINCO*)

O REFERIDO E' VERDADE E DA' FE'.
Certidao emitida em nome de MULTIPLY SERVICOS E MANUTENCAO EIRELI=====
Cgc/Cpf 04312370000115
RIO DE JANEIRO (RJ), 10 MARCO 2021

EU, RE, A ASSINO.

TABELA	ITEM	ATO	EMOLUMENTOS	
01	1	Buscas	R\$ 22,80	Poder Judiciario - TJERJ
04	8	Cert.ext.liv.	R\$ 44,65	Corregedoria Geral de Justica
				Selo de Fiscalizacao Eletronico
				EDQK 75016 DSI
		EMOLUMENTOS	R\$ 67,45	Consulte a validade do selo em:
		F.E.T.J 20%	R\$ 13,49	www3.tjrj.jus.br/sitepublico
		FDPERJ+FPERJ+FUNPEN 14%	R\$ 9,43	
		ATOS GRAT.E PMCMV 02%	R\$ 0,89	
		I.S.S 7128/15	R\$ 3,59	
		TOTAL DO ATO	R\$ 94,85	

Provimento CGJ no.89/2016, regulamenta a emissao e o uso de certidoes eletronicas pelos servicos extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro

SAC: (21) 2531-2100

A autenticidade dessa certidão deve ser confirmada no site da Central Eletrônica de Registros Públicos - ANOREG-RJ (<http://validador.e-cartorioj.com.br>).

A certidão eletrônica estará disponível para download pelo período de 90 (noventa) dias após sua emissão.

CERP b9d90d74-9646-461a-a799-69cc4ffa268e



9º Ofício do Registro de Distribuição da Capital

AV Nilo Peçanha, 26 - 6 andar - RJ - TEL (21) 3231-7703 - CNPJ : 27.586.239/0001-41

CERTIDÃO FISCAL E FAZENDÁRIA

Emitida atendendo a Legislação Federal vigente (Art. 134, 205, 206 e 209 do CTN), o CODJERJ e as normas da Corregedoria - Geral da Justiça, MARCIO BAROUKEL DE SOUZA BRAGA, OFICIAL DO 9º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, nomeado na forma da lei, revendo em seu poder e serviço os livros de Registro, Papéis, Fichários, Arquivos e/ou Assentamentos das Distribuições e Comunicações recebidas dos órgãos e serviços competentes, CERTIFICA, CONFORME O REQUERIDO, e DÁ FÉ, observados os artigos 13, 28 e 41 Lei 8935/94, com referência às buscas dos assuntos abaixo, no período certificado, exceto as relacionadas às EXECUÇÕES FISCAIS para as quais se realiza busca integral nos registros desta Serventia, e, que, desde 07 de Março de 2001 à 07 de Março de 2021,

- I - EXECUÇÕES FISCAIS PROMOVIDAS PELA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL E SUAS AUTARQUIAS;
- II - EXECUÇÕES FISCAIS PROMOVIDAS PELA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E SUAS AUTARQUIAS;
- III - Ações de Dívida Ativa do Município do Rio de Janeiro distribuídas à Vara com competência fazendária específica;
- IV - Ações de Dívida Ativa do Estado do Rio de Janeiro distribuídas à Vara com competência fazendária específica;
- V - Ações promovidas pelo Município, pelo Estado e suas Autarquias, tais como: Ordinárias, Sumárias, Possessórias;
- VI - Medidas Cautelares promovidas pelo Município, pelo Estado e suas Autarquias, tais como: Produção Antecipada de Provas, Notificações, Interpelações;
- VII - Ações e Medidas Cautelares distribuídas às Varas de Fazenda Pública, tais como: Ordinárias, Sumaríssimas, Desapropriações, Despejos, Possessórias, Notificações, Produção Antecipada de Provas, Protestos, Interpelações, Cartas Precatórias e outras;
- VIII - Ações e Precatórias de competência dos juizados Especiais da Fazenda Pública. (Alínea acrescida pelo Provimento CGJ nº 31/2011), 6334915

NADA CONSTA contra o nome de ***MULTIPLY SERVICOS E MANUTE**

NCAO EIRELI, com CNPJ: 04.312.370/0001-15, *****

dados estes fornecidos pelo requerente, conforme cópia do pedido de certidão arquivado nesta Serventia:*****

Rio de Janeiro, 10 de Março de 2021

Emolumentos: BUSCA R\$ 95.95 + (R\$ 19.19 do FETJ + R\$ 4.79 do FunDPERJ + R\$ 4.79 do FunPERJ + R\$ 3.83 do FunARPENRJ + R\$ 0.89 do FundoJG + R\$ 5.09 do ISS)

Valor do Ato: R\$ 134.53

FINALIDADE : LICITACAO

Protocolo: SE-2021/016717-001
(001/001)

Buscado por: ROBERTO
Eu, Oficial a assino:

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral e Justiça
Selo de fiscalização eletrônica
EDRV41711 TLD
03/10-07:28:00
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>
argBusca : 20210308



SE-2021/016717-001



041711

Provimento CGJ nº 89/2016, regulamenta a emissão e o uso de certidões eletrônicas pelos serviços extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro



Poder Judiciário
Estado do Rio de Janeiro

CERTIDÃO

Nº 2021.658.04779

Em atendimento ao requerido junto a esta Corregedoria-Geral da Justiça/RJ por **MULTIPLY SERVIÇOS E MANUTENÇÃO EIRELI**, CNPJ/CPF nº 04.312.370/0001-15, **CERTIFICO**, para fins de prova em Licitação Pública que, de acordo com o artigo nono c/c os artigos cento e vinte e quatro e cento e vinte e cinco da Resolução número cinco, de vinte e quatro de março de mil novecentos e setenta e sete, (Livro III, do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro), os **Ofícios do Registro de Distribuição na Comarca da CAPITAL do Estado do Rio de Janeiro**, são em número de nove, competindo: **I - aos dos 1º e 2º Ofícios**: o registro dos feitos da competência das Varas de Órfãos e Sucessões, das Varas Criminais e os contenciosos e administrativos das demais varas, salvo as da Fazenda Pública, que lhes forem distribuídos; **II - as dos 3º e 4º Ofícios**: o registro das habilitações para casamento, dos feitos de competência das Varas Criminais e os contenciosos e administrativos das demais varas, salvo os da Fazenda Pública, que lhes forem distribuídos; **III - aos dos 5º e 6º Ofícios**: a anotação das escrituras, procurações públicas em geral, substabelecimentos e respectivas revogações, distribuídas aos cartórios de notas e de circunscrições de numeração impar e par, respectivamente, e, em livro próprio, dos testamentos públicos e cerrados, bem como dos títulos judiciais e contratos particulares translativos de direitos reais sobre imóveis e das procurações em causa própria relativas a estes direitos; **IV - ao do 7º Ofício**: a distribuição, alternadamente, pelos respectivos ofícios, dos títulos destinados a protesto; **V - ao do 8º Ofício**: a distribuição, pelos respectivos ofícios, dos títulos e documentos destinados a registro; **VI - ao do 9º Ofício**: o registro dos feitos da competência das varas da Fazenda Pública do Estado (artigo 124), que lhes forem distribuídos. **CERTIFICO** ainda, que, os **Cartórios de Registro de Protesto de Títulos** são em número de quatro, numerados: 1º, 2º, 3º e 4º, e a eles compete, pelo artigo quarenta e oito do Código supramencionado, lavrar, em tempo e forma regulares, os instrumentos de proteção de letras, notas promissórias, duplicatas e outros títulos sujeitos a essa formalidade, por falta de aceite ou pagamento, fazendo as transcrições, notificações e declarações necessárias, de acordo com as prescrições legais. **CERTIFICO** mais, que, ao 2º Ofício de Registro de Interdições e Tutelas, incumbe, consoante o artigo trinta e três e seguintes do Código acima citado, o registro dos atos judiciais referentes às restrições da capacidade jurídica e, privativamente, à expedição de certidões para prova da referida capacidade. Cabendo a este inclusive, registrar obrigatoriamente as sentenças declaratórias de insolvência ou de falência, a extensão desta a terceiros, as de extinção das obrigações do insolvente ou do falido, as de reabilitação deste, as decisões de deferimento das concordatas e as sentenças que a julgarem cumpridas. Através da Lei 4453/04, o registro dos atos judiciais inerentes à capacidade jurídica e a expedição de certidões para a prova de capacidade, compete ao 1º Registro Civil de Pessoas Naturais. **CAPITAL 01 OF DO REG DE DISTRIBUICAO**: Rua do Ouvidor, 63 2. andar - Centro; **CAPITAL 02 OF DO REG DE DISTRIBUICAO**: Rua da Assembleia, 19 7. andar - Centro; **CAPITAL 03 OF DO REG DE DISTRIBUICAO**: Avenida Erasmo Braga, 227 grupo 201 - Centro; **CAPITAL 04 OF DO REG DE DISTRIBUICAO**: Rua do Carmo, 08 3 andar - Centro; **CAPITAL 05 OF DO REG DE DISTRIBUICAO**: AVENIDA RIO BRANCO, 131 11 ANDAR GRUPO DE SALAS 1101, 1102, 1103 E 1104 - Centro; **CAPITAL 06 OF DO REG DE DISTRIBUICAO**: Av. Rio Branco, 135 sala 501 - Centro; **CAPITAL 07 OF DO REG DE DISTRIBUICAO**: Rua da Assembleia, 10 SALAS 2201 A 2212 - Centro; **CAPITAL 08 OF DO REG DE DISTRIBUICAO**: Rua da Assembleia, 10 salas 1515 a 1517 - Centro; **CAPITAL 09 OF DO REG DE DISTRIBUICAO**: Av. Nilo Pecanha, 26 Grupo 601 - Centro; **CAPITAL 01 RCPN**: Praia de Olaria, 155 Cocota - Ilha do Governador; **CAPITAL 01 OF DE REG DE PROT TITULOS**: AVENIDA ERASMO BRAGA, 227 1o. ANDAR, GRUPOS 101 A 107, 112/113 - Centro; **CAPITAL 02 OF DE REG DE PROT TITULOS**: RUA DO CARMO, 09 3o. e parte do 4o. andares - Centro; **CAPITAL 03 OF DE REG DE PROT TITULOS**: Rua da Assembleia, 10 salas 2101 a 2110 - Centro; **CAPITAL 02 OF DE REG DE INTERD E TUTELAS**: Rua da Assembleia, 19 9. andar - Centro.

Observações:

- As informações do nome e nº do CPF/CNPJ do solicitante são de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada na página da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no endereço <http://www.tjrj.jus.br/cgj>
- A autenticação poderá ser efetivada, no máximo, em até 3 (três) meses após a expedição.

Rio de Janeiro, 11/03/2021 14:26:15.

Divisão de Pessoal da Diretoria Geral de Administração da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Regimento de Custas Judiciais do Estado do Rio de Janeiro

Valor cobrado: R\$ 24,01 GRERJ Nº 7043020055495



Poder Judiciário
Estado do Rio de Janeiro

Confirmação da Autenticidade da Certidão

Nº 2021.658.04779

Em atendimento ao requerido junto a esta Corregedoria-Geral da Justiça/RJ por **MULTIPLY SERVIÇOS E MANUTENÇÃO EIRELI**, CNPJ/CPF nº 04.312.370/0001-15, **CERTIFICO**, para fins de prova em Licitação Pública que, de acordo com o artigo nono c/c os artigos cento e vinte e quatro e cento e vinte e cinco da Resolução número cinco, de vinte e quatro de março de mil novecentos e setenta e sete, (Livro III, do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro), os **Ofícios do Registro de Distribuição na Comarca da CAPITAL do Estado do Rio de Janeiro**, são em número de nove, competindo: **I - aos dos 1º e 2º Ofícios**: o registro dos feitos da competência das Varas de Órfãos e Sucessões, das Varas Criminais e os contenciosos e administrativos das demais varas, salvo as da Fazenda Pública, que lhes forem distribuídos; **II - as dos 3º e 4º Ofícios**: o registro das habilitações para casamento, dos feitos de competência das Varas Criminais e os contenciosos e administrativos das demais varas, salvo os da Fazenda Pública, que lhes forem distribuídos; **III - aos dos 5º e 6º Ofícios**: a anotação das escrituras, procurações públicas em geral, substabelecimentos e respectivas revogações, distribuídas aos cartórios de notas e de circunscrições de numeração ímpar e par, respectivamente, e, em livro próprio, dos testamentos públicos e cerrados, bem como dos títulos judiciais e contratos particulares translativos de direitos reais sobre imóveis e das procurações em causa própria relativas a estes direitos; **IV - ao do 7º Ofício**: a distribuição, alternadamente, pelos respectivos ofícios, dos títulos destinados a protesto; **V - ao do 8º Ofício**: a distribuição, pelos respectivos ofícios, dos títulos e documentos destinados a registro; **VI - ao do 9º Ofício**: o registro dos feitos da competência das varas da Fazenda Pública do Estado (artigo 124), que lhes forem distribuídos. **CERTIFICO** ainda, que, os **Cartórios de Registro de Protesto de Títulos** são em número de quatro, numerados: 1º, 2º, 3º e 4º, e a eles compete, pelo artigo quarenta e oito do Código supramencionado, lavrar, em tempo e forma regulares, os instrumentos de proteção de letras, notas promissórias, duplicatas e outros títulos sujeitos a essa formalidade, por falta de aceite ou pagamento, fazendo as transcrições, notificações e declarações necessárias, de acordo com as prescrições legais. **CERTIFICO** mais, que, ao 2º Ofício de Registro de Interdições e Tutelas, incumbe, consoante o artigo trinta e três e seguintes do Código acima citado, o registro dos atos judiciais referentes às restrições da capacidade jurídica e, privativamente, à expedição de certidões para prova da referida capacidade. Cabendo a este inclusive, registrar obrigatoriamente as sentenças declaratórias de insolvência ou de falência, a extensão desta a terceiros, as de extinção das obrigações do insolvente ou do falido, as de reabilitação deste, as decisões de deferimento das concordatas e as sentenças que a julgarem cumpridas. Através da Lei 4453/04, o registro dos atos judiciais inerentes à capacidade jurídica e a expedição de certidões para a prova de capacidade, compete ao 1º Registro Civil de Pessoas Naturais. **CAPITAL 01 OF DO REG DE DISTRIBUICAO**: Rua do Ouvidor, 63 2. andar - Centro; **CAPITAL 02 OF DO REG DE DISTRIBUICAO**: Rua da Assembleia, 19 7. andar - Centro; **CAPITAL 03 OF DO REG DE DISTRIBUICAO**: Avenida Erasmo Braga, 227 grupo 201 - Centro; **CAPITAL 04 OF DO REG DE DISTRIBUICAO**: Rua do Carmo, 08 3 andar - Centro; **CAPITAL 05 OF DO REG DE DISTRIBUICAO**: AVENIDA RIO BRANCO, 131 11 ANDAR GRUPO DE SALAS 1101, 1102, 1103 E 1104 - Centro; **CAPITAL 06 OF DO REG DE DISTRIBUICAO**: Av. Rio Branco, 135 sala 501 - Centro; **CAPITAL 07 OF DO REG DE DISTRIBUICAO**: Rua da Assembleia, 10 SALAS 2201 A 2212 - Centro; **CAPITAL 08 OF DO REG DE DISTRIBUICAO**: Rua da Assembleia, 10 salas 1515 a 1517 - Centro; **CAPITAL 09 OF DO REG DE DISTRIBUICAO**: Av. Nilo Pecanha, 26 Grupo 601 - Centro; **CAPITAL 01 RCPN**: Praia de Olaria, 155 Cocota - Ilha do Governador; **CAPITAL 01 OF DE REG DE PROT TITULOS**: AVENIDA ERASMO BRAGA, 227 1o. ANDAR, GRUPOS 101 A 107, 112/113 - Centro; **CAPITAL 02 OF DE REG DE PROT TITULOS**: RUA DO CARMO, 09 3o. e parte do 4o. andares - Centro; **CAPITAL 03 OF DE REG DE PROT TITULOS**: Rua da Assembleia, 10 salas 2101 a 2110 - Centro; **CAPITAL 02 OF DE REG DE INTERD E TUTELAS**: Rua da Assembleia, 19 9. andar - Centro.

Observações:

- As informações do nome e nº do CPF/CNPJ do solicitante são de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada na página da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no endereço <http://www.tjrj.jus.br/cgi>
- A autenticação poderá ser efetivada, no máximo, em até 3 (três) meses após a expedição.

Rio de Janeiro, 11/03/2021 14:26:15.

Divisão de Pessoal da Diretoria Geral de Administração da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Regimento de Custas Judiciais do Estado do Rio de Janeiro

Valor cobrado: R\$ 24,01 GRERJ Nº 7043020055495

MULTIPLY SERVIÇOS DE
MANUTENÇÃO LTDA.R. Vinte e Quatro de Fevereiro, 169
Bonsucesso - CEP 21040-300
Rio de Janeiro - RJFAETEC
ANEXO IV

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

Planilha de Custos e Formação de Preços para Serviços de gerenciamento de serviços terceirizados de mão de obra nas funções de APOIO ADMINISTRATIVO de executados de forma contínua nas Unidades da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC

Referência - Processo Nº SEI 260005/002832/2020
Pregão Eletrônico nº 03/2021
Data da realização: 26/03/2021 Horário: 10:00
Data da apresentação da proposta: 19/04/2021

I - POSTO DE SERVIÇO		Quantidade
Auxiliar Administrativo IV		61
A proposta foi elaborada com base no Salário normativo de		R\$ 1.665,93
pertinente ao serviço de Apoio Administrativo, conforme Lei Estadual nº 8.315, de 19 de março de 2019.		
MÃO DE OBRA		Valor (R\$)
Remuneração		
Salário		R\$ 1.665,93
Hora Extra		
Adicional (Periculosidade/Insalubridade)		
Adicional Noturno		
Outros (especificar)		
Total da Remuneração		R\$ 1.665,93
III - ENCARGOS SOCIAIS (Incidentes sobre valor da remuneração)		
Grupo "A"		
01 - INSS	20,00%	R\$ 333,19
02 - SESI ou SESC	1,00%	R\$ 16,66
03 - SENAI ou SENAC	1,50%	R\$ 24,99
04 - INCRA	0,20%	R\$ 3,33
05 - SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	R\$ 41,65
06 - FGTS	8,00%	R\$ 133,27
07 - Seguro Acidente do Trabalho (RAT x FAP)	1,50%	R\$ 24,99
08 - SEBRAE	0,60%	R\$ 10,00
TOTAL DO GRUPO A	35,30%	R\$ 588,07
Grupo "B"		
09 - Férias	11,11%	R\$ 185,08
10 - Auxílio Doença	0,01%	R\$ 0,17
11 - Licença Maternidade / Paternidade	0,01%	R\$ 0,17
13 - Faltas Legais	0,01%	R\$ 0,17
14 - Acidente de Trabalho	0,01%	R\$ 0,17
15 - Aviso Prévio	1,94%	R\$ 32,32
16 - 13º salário	8,33%	R\$ 138,77
TOTAL DO GRUPO B	21,42%	R\$ 356,84
Grupo "C"		
17 - Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$ 7,00
18 - Indenização Adicional	3,20%	R\$ 53,31
19 - Indenização (Rescisões sem justa causa)	0,80%	R\$ 13,33
TOTAL DO GRUPO C	4,42%	R\$ 73,63
Grupo "D"		
20 - Incidência dos encargos do grupo "A" sobre os itens do grupo "B"	7,56%	R\$ 125,97
TOTAL DO GRUPO D	7,56%	R\$ 125,97
Grupo "E"		
20 - Incidência dos encargos do grupo "A" sobre o item 17 do grupo "C"	0,15%	R\$ 2,47
TOTAL DO GRUPO E	0,15%	R\$ 2,47
VALOR DOS ENCARGOS SOCIAIS	68,85%	R\$ 1.146,98
VALOR DA MÃO DE OBRA (Remuneração + Encargos Sociais):		R\$ 2.812,91
IV - BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS		
1 - Auxílio Alimentação		R\$ 368,55
2 - Transporte		R\$ 170,10
Dedução Legal (Base de Cálculo - limite de 6% do salário básico)		-R\$ 99,96
3 - Seguro de Vida		
4 - Benefício Social Familiar		R\$ 16,00
Total dos Benefícios		R\$ 454,69
V - INSUMOS		
1 - Uniformes		R\$ 29,28
2 - Equipamentos		R\$ -
3 - Materiais		R\$ -
4 - Outros (especificar)		R\$ -
Total de Insumos		R\$ 29,28
VI - CUSTOS INDIRETOS E LUCRO		
1 - Despesas Administrativas / Operacionais	0,50%	R\$ 16,48
2 - Lucro	0,50%	R\$ 16,57
Valor dos Custos Indiretos e Lucro	1,00%	R\$ 33,05
VII - TRIBUTOS		
1 - ISSQN	5,00%	R\$ 182,26
2 - COFINS	3,00%	R\$ 109,36
3 - PIS/PASEP	0,65%	R\$ 23,69
Valor dos Tributos	8,65%	R\$ 133,05
A - TRIBUTOS (%) = To		0,0865
100		
B - Mão de Obra + Insumos + Demais Componentes = Po		R\$ 3.329,94
C - Po / (1-To) = P1		R\$ 3.645,25
Valor dos Tributos P1 - Po		R\$ 315,31
VIII - PREÇO MENSAL POR POSTO (Mão de obra + Benefícios + Insumos + Custos Indiretos e Lucro + Tributos)		R\$ 3.645,25

FAETEC
ANEXO IV

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

Planilha de Custos e Formação de Preços para Serviços de gerenciamento de serviços terceirizados de mão de obra nas funções de APOIO ADMINISTRATIVO de executados de forma contínua nas Unidades da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC

Referência - Processo Nº SEI 260005/002832/2020
Pregão Eletrônico nº 03/2021
Data da realização: 26/03/2021 Horário: 10:00
Data da apresentação da proposta: 19/04/2021

I - POSTO DE SERVIÇO		Quantidade
Auxiliar de Escritório		48
A proposta foi elaborada com base no Salário normativo de		R\$ 1.596,25
pertinente ao serviço de Apoio Administrativo, homologado por Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho em nº RJ000713/2021.		
MÃO DE OBRA		
Remuneração		
Salário		
Hora Extra		R\$ 1.596,25
Adicional (Periculosidade/Insalubridade)		
Adicional Noturno + Hora Noturna reduzida		
Outros (especificar)		R\$ -
Total da Remuneração		R\$ 1.596,25
III - ENCARGOS SOCIAIS (Incidentes sobre valor da remuneração)		
Grupo "A"		
01 - INSS	20,00%	R\$ 319,25
02 - SESP ou SESC	1,00%	R\$ 15,96
03 - SENAI ou SENAC	1,50%	R\$ 23,94
04 - INCRA	0,20%	R\$ 3,19
05 - SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	R\$ 39,91
06 - FGTS	8,00%	R\$ 127,70
07 - Seguro Acidente do Trabalho (RAT x FAP)	1,50%	R\$ 23,94
08 - SEBRAE	0,60%	R\$ 9,58
TOTAL DO GRUPO A	35,30%	R\$ 563,48
Grupo "B"		
09 - Férias	11,11%	R\$ 177,34
10 - Auxílio Doença	0,01%	R\$ 0,16
11 - Licença Maternidade / Paternidade	0,01%	R\$ 0,16
12 - Faltas Legais	0,01%	R\$ 0,16
13 - Acidente de Trabalho	0,01%	R\$ 0,16
14 - Aviso Prévio	1,94%	R\$ 30,97
15 - 13º salário	8,33%	R\$ 132,97
TOTAL DO GRUPO B	21,42%	R\$ 341,92
Grupo "C"		
17 - Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$ 6,70
18 - Indenização Adicional	3,20%	R\$ 51,08
19 - Indenização (Rescisões sem justa causa)	0,80%	R\$ 12,77
TOTAL DO GRUPO C	4,42%	R\$ 70,55
Grupo "D"		
20 - incidência dos encargos do grupo "A" sobre os itens do grupo "B"	7,56%	R\$ 120,70
TOTAL DO GRUPO D	7,56%	R\$ 120,70
Grupo "E"		
20 - incidência dos encargos do grupo "A" sobre o item 17 do grupo "C"	0,15%	R\$ 2,37
TOTAL DO GRUPO E	0,15%	R\$ 2,37
VALOR DOS ENCARGOS SOCIAIS	68,85%	R\$ 1.099,01
VALOR DA MÃO DE OBRA (Remuneração + Encargos Sociais):		R\$ 2.695,26
IV - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		
1 - Auxílio Alimentação		R\$ 368,55
2 - Transporte		R\$ 170,10
3 - Dedução Legal (Base de Cálculo - limite de 6% do salário básico)		-R\$ 95,78
4 - Seguro de Vida		
Benefício Social Familiar		R\$ 16,00
Total dos Benefícios		R\$ 458,88
V - INSUMOS		
1 - Uniformes		R\$ 29,28
2 - Equipamentos		R\$ -
3 - Materiais		R\$ -
4 - Outros (especificar)		R\$ -
Total de Insumos		R\$ 29,28
VI - CUSTOS INDIRETOS E LUCRO		
1 - Despesas Administrativas / Operacionais	0,50%	R\$ 15,92
2 - Lucro	0,50%	R\$ 16,00
Valor dos Custos Indiretos e Lucro	1,00%	R\$ 31,91
VII - TRIBUTOS		
1 - ISSQN	5,00%	R\$ 175,99
2 - COFINS	3,00%	R\$ 105,59
3 - PIS/PASEP	0,65%	R\$ 22,88
Valor dos Tributos	8,65%	R\$ 128,47
A - TRIBUTOS (%) = To		
100		0,0865
B - Mão de Obra + Insumos + Demais Componentes = Po		
Po / (1-To) = P1		R\$ 3.215,33
Valor dos Tributos P1 - Po		R\$ 3.519,79
VIII - PREÇO MENSAL POR POSTO (Mão de obra + Benefícios + Insumos + Custos Indiretos e Lucro + Tributos)		R\$ 3.519,79

**FAETEC
ANEXO IV**

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

Planilha de Custos e Formação de Preços para Serviços de gerenciamento de serviços terceirizados de mão de obra nas funções de APOIO ADMINISTRATIVO de executados de forma contínua nas Unidades da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC

Referência - Processo Nº SEI 260005/002832/2020
Pregão Eletrônico nº 03/2021
Data da realização: 26/03/2021 Horário: 10:00
Data da apresentação da proposta: 19/04/2021

I - POSTO DE SERVIÇO		Quantidade
Recepcionista		8

A proposta foi elaborada com base no Salário normativo de R\$ 1.381,65

pertinente ao serviço de Apoio Administrativo, homologado por Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho em nº RJ000713/2021.

MÃO DE OBRA		Valor (R\$)
Remuneração		
Salário		R\$ 1.381,65
Hora Extra		
Adicional (Periculosidade/Insalubridade)		
Adicional Noturno + Hora Noturna reduzida		
Outros (especificar)		R\$ -
Total da Remuneração		R\$ 1.381,65

III - ENCARGOS SOCIAIS (incidentes sobre valor da remuneração)		
Grupo "A"		
01 - INSS	20,00%	R\$ 276,33
02 - SESI ou SESC	1,00%	R\$ 13,82
03 - SENAI ou SENAC	1,50%	R\$ 20,72
04 - INCRA	0,20%	R\$ 2,76
05 - SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	R\$ 34,54
06 - FGTS	8,00%	R\$ 110,53
07 - Seguro Acidente do Trabalho (RAT x FAP)	1,50%	R\$ 20,72
08 - SEBRAE	0,60%	R\$ 8,29
TOTAL DO GRUPO A	35,30%	R\$ 487,72
Grupo "B"		
09 - Férias	11,11%	R\$ 153,50
10 - Auxílio Doença	0,01%	R\$ 0,14
11 - Licença Maternidade / Paternidade	0,01%	R\$ 0,14
13 - Faltas Legais	0,01%	R\$ 0,14
14 - Acidente de Trabalho	0,01%	R\$ 0,14
15 - Aviso Prévio	1,94%	R\$ 26,80
16 - 13º salário	8,33%	R\$ 115,09
TOTAL DO GRUPO B	21,42%	R\$ 295,95
Grupo "C"		
17 - Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$ 5,80
18 - Indenização Adicional	3,20%	R\$ 44,21
19 - Indenização (Rescisões sem justa causa)	0,80%	R\$ 11,05
TOTAL DO GRUPO C	4,42%	R\$ 61,07
Grupo "D"		
20 - Incidência dos encargos do grupo "A" sobre os itens do grupo "B"	7,56%	R\$ 104,47
TOTAL DO GRUPO D	7,56%	R\$ 104,47
Grupo "E"		
20 - Incidência dos encargos do grupo "A" sobre o item 17 do grupo "C"	0,15%	R\$ 2,05
TOTAL DO GRUPO E	0,15%	R\$ 2,05
VALOR DOS ENCARGOS SOCIAIS	68,85%	R\$ 951,26

VALOR DA MÃO DE OBRA (Remuneração + Encargos Sociais):	R\$ 2.332,91
---	---------------------

IV - BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS		
1 - Auxílio Alimentação		R\$ 368,55
2 - Transporte		R\$ 170,10
3 - Dedução Legal (Base de Cálculo - limite de 6% do salário básico)		-R\$ 82,90
4 - Seguro de Vida		
4 - Benefício Social Familiar		
Total dos Benefícios		R\$ 471,75

V - INSUMOS		
1 - Uniformes		R\$ 29,28
2 - Equipamentos		R\$ -
3 - Materiais		R\$ -
4 - Outros (especificar)		R\$ -
Total de Insumos		R\$ 29,28

VI - CUSTOS INDIRETOS E LUCRO		
1 - Despesas Administrativas / Operacionais	0,50%	R\$ 14,17
2 - Lucro	0,50%	R\$ 14,24
Valor dos Custos Indiretos e Lucro	1,00%	R\$ 28,41

VII - TRIBUTOS		
1 - ISSQN	5,00%	R\$ 156,67
2 - COFINS	3,00%	R\$ 94,00
3 - PIS/PASEP	0,65%	R\$ 20,37
Valor dos Tributos	8,65%	R\$ 114,37

A	TRIBUTOS (%) = To	
100		
B	Mão de Obra + Insumos + Demais Componentes = Po	0,0865
C	Po / (1-To) = P1	R\$ 2.862,35
		R\$ 3.133,39
Valor dos Tributos P1 - Po		R\$ 271,04

VIII - PREÇO MENSAL POR POSTO (Mão de obra + Benefícios + Insumos + Custos Indiretos e Lucro + Tributos)	R\$ 3.133,39
---	---------------------

MULTIPLY SERVIÇOS DE
MANUTENÇÃO LTDA.

R. Vinte e Quatro de Fevereiro, 169
Bonsucesso-CEP 21040-300
Rio de Janeiro-RJ

FAETEC
ANEXO IV

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

Planilha de Custos e Formação de Preços para Serviços de gerenciamento de serviços terceirizados de mão de obra nas funções de APOIO ADMINISTRATIVO de executados de forma contínua nas Unidades da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC

Referência - Processo Nº SEI 260005/002832/2020
Pregão Eletrônico nº 03/2021
Data da realização: 26/03/2021 Horário: 10:00
Data da apresentação da proposta: 19/04/2021

I - POSTO DE SERVIÇO	Quantidade
Auxiliar de Almoanife	16

A proposta foi elaborada com base no Salário normativo de R\$ 1.381,65

pertinente ao serviço de Apoio Administrativo, homologado por Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho em nº RJ000713/2021.

MÃO DE OBRA		
Remuneração		Valor (R\$)
Salário		R\$ 1.381,65
Hora Extra		
Adicional (Periculosidade/Insalubridade)	0%	R\$ -
Adicional Noturno + Hora Noturna reduzida		R\$ -
Outros (especificar)		
		R\$ -
Total da Remuneração		R\$ 1.381,65

III - ENCARGOS SOCIAIS (Incidentes sobre valor da remuneração)		
Grupo "A"		
01 - INSS	20,00%	R\$ 276,33
02 - SESI ou SESC	1,00%	R\$ 13,82
03 - SENAI ou SENAC	1,50%	R\$ 20,72
04 - INCRA	0,20%	R\$ 2,76
05 - SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	R\$ 34,54
06 - FGTS	8,00%	R\$ 110,53
07 - Seguro Acidente do Trabalho (RAT x FAP)	1,50%	R\$ 20,72
08 - SEBRAE	0,60%	R\$ 8,29
TOTAL DO GRUPO A	35,30%	R\$ 487,72
Grupo "B":		
09 - Férias	11,11%	R\$ 153,50
10 - Auxílio Doença	0,01%	R\$ 0,14
11 - Licença Maternidade / Paternidade	0,01%	R\$ 0,14
13 - Faltas Legais	0,01%	R\$ 0,14
14 - Acidente de Trabalho	0,01%	R\$ 0,14
15 - Aviso Prévio	1,94%	R\$ 26,80
16 - 13º salário	8,33%	R\$ 115,09
TOTAL DO GRUPO B	21,42%	R\$ 295,95
Grupo "C"		
17 - Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$ 5,80
18 - Indenização Adicional	3,20%	R\$ 44,21
19 - Indenização (Rescisões sem justa causa)	0,80%	R\$ 11,05
TOTAL DO GRUPO C	4,42%	R\$ 61,07
Grupo "D":		
20 - Incidência dos encargos do grupo "A" sobre os itens do grupo "B"	7,56%	R\$ 104,47
TOTAL DO GRUPO D	7,56%	R\$ 104,47
Grupo "E":		
20 - Incidência dos encargos do grupo "A" sobre o item 17 do grupo "C"	0,15%	R\$ 2,05
TOTAL DO GRUPO E	0,15%	R\$ 2,05
VALOR DOS ENCARGOS SOCIAIS	68,85%	R\$ 951,26

VALOR DA MÃO DE OBRA (Remuneração + Encargos Sociais):	R\$ 2.332,91
---	---------------------

IV - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		
1 - Auxílio Alimentação		R\$ 368,55
2 - Transporte		R\$ 170,10
3 - Dedução Legal (Base de Cálculo - limite de 6% do salário básico)		-R\$ 82,90
4 - Seguro de Vida		R\$ 16,00
5 - Benefício Social Familiar		R\$ 16,00
Total dos Benefícios		R\$ 471,75

V - INSUMOS		
1 - Uniformes		R\$ 29,28
2 - Equipamentos		R\$ -
3 - Materiais		R\$ -
4 - Outros (especificar)		R\$ -
Total de Insumos		R\$ 29,28

VI - CUSTOS INDIRETOS E LUCRO		
1 - Despesas Administrativas / Operacionais	0,50%	R\$ 14,17
2 - Lucro	0,50%	R\$ 14,24
Valor dos Custos Indiretos e Lucro	1,00%	R\$ 28,41

VII - TRIBUTOS		
1 - ISSQN	5,00%	R\$ 156,67
2 - COFINS	3,00%	R\$ 94,00
3 - PIS/PASEP	0,65%	R\$ 20,37
Valor dos Tributos	8,65%	R\$ 114,37

A - TRIBUTOS (%) = To		0,0865
B - Mão de Obra + Insumos + Demais Componentes = Po		R\$ 2.862,35
C - Po / (1-To) = P1		R\$ 3.133,39
Valor dos Tributos P1 - Po		R\$ 271,04

VIII - PREÇO MENSAL POR POSTO (Mão de obra + Benefícios + Insumos + Custos Indiretos e Lucro + Tributos)	R\$ 3.133,39
---	---------------------

**FAETEC
ANEXO IV**

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

Planilha de Custos e Formação de Preços para Serviços de gerenciamento de serviços terceirizados de mão de obra nas funções de APOIO ADMINISTRATIVO de executados de forma contínua nas Unidades da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC

Referência - Processo Nº SEI 260005/002832/2020
Pregão Eletrônico nº 03/2021
Data da realização: 26/03/2021 Horário: 10:00
Data da apresentação da proposta: 19/04/2021

I - POSTO DE SERVIÇO	Quantidade
Almoxarife	6

A proposta foi elaborada com base no Salário normativo de R\$ 1.853,65

pertinente ao serviço de Apoio Administrativo, homologado por Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho em nº RJ000713/2021.

MÃO DE OBRA			
Remuneração		Valor (R\$)	
Salário		R\$	1.853,65
Hora Extra			
Adicional (Periculosidade/Insalubridade)	0%	R\$	-
Adicional Noturno + Hora Noturna reduzida		R\$	-
Outros (especificar)			
		R\$	
Total da Remuneração		R\$	1.853,65
III - ENCARGOS SOCIAIS (Incidentes sobre valor da remuneração)			
Grupo "A"			
01 - INSS	20,00%	R\$	370,73
02 - SESI ou SESC	1,00%	R\$	18,54
03 - SENAI ou SENAC	1,50%	R\$	27,80
04 - INCRA	0,20%	R\$	3,71
05 - SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	R\$	46,34
06 - FGTS	8,00%	R\$	148,29
07 - Seguro Acidente do Trabalho (RAT x FAP)	1,50%	R\$	27,80
08 - SEBRAE	0,60%	R\$	11,12
TOTAL DO GRUPO A	35,30%	R\$	654,34
Grupo "B"			
09 - Férias	11,11%	R\$	205,94
10 - Auxílio Doença	0,01%	R\$	0,19
11 - Licença Maternidade / Paternidade	0,01%	R\$	0,19
13 - Faltas Legais	0,01%	R\$	0,19
14 - Acidente de Trabalho	0,01%	R\$	0,19
15 - Aviso Prévio	1,94%	R\$	35,96
16 - 13º salário	8,33%	R\$	154,41
TOTAL DO GRUPO B	21,42%	R\$	397,05
Grupo "C"			
17 - Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$	7,79
18 - Indenização Adicional	3,20%	R\$	59,32
19 - Indenização (Rescisões sem justa causa)	0,80%	R\$	14,83
TOTAL DO GRUPO C	4,42%	R\$	81,93
Grupo "D"			
20 - Incidência dos encargos do grupo "A" sobre os itens do grupo "B"	7,56%	R\$	140,16
TOTAL DO GRUPO D	7,56%	R\$	140,16
Grupo "E"			
20 - Incidência dos encargos do grupo "A" sobre o item 17 do grupo "C"	0,15%	R\$	2,75
TOTAL DO GRUPO E	0,15%	R\$	2,75
VALOR DOS ENCARGOS SOCIAIS	68,85%	R\$	1.276,23
VALOR DA MÃO DE OBRA (Remuneração + Encargos Sociais):		R\$	3.129,88
IV - BENEFÍCIOS MENSALIS E DIÁRIOS			
1 - Auxílio Alimentação		R\$	368,55
2 - Transporte		R\$	170,10
Dedução Legal (Base de Cálculo - limite de 6% do salário básico)		-R\$	111,22
3 - Seguro de Vida			
4 - Benefício Social Familiar		R\$	16,00
Total dos Benefícios		R\$	443,43
V - INSUMOS			
1 - Uniformes		R\$	29,28
2 - Equipamentos		R\$	-
3 - Materiais		R\$	-
4 - Outros (especificar)		R\$	-
Total de Insumos		R\$	29,28
VI - CUSTOS INDIRETOS E LUCRO			
1 - Despesas Administrativas / Operacionais	0,50%	R\$	18,01
2 - Lucro	0,50%	R\$	18,10
Valor dos Custos Indiretos e Lucro	1,00%	R\$	36,12
VII - TRIBUTOS			
1 - ISSQN	5,00%	R\$	199,16
2 - COFINS	3,00%	R\$	119,50
3 - PIS/PASEP	0,65%	R\$	25,89
Valor dos Tributos	8,65%	R\$	145,39
A - TRIBUTOS (%) = To			0,0865
B - Mão de Obra + Insumos + Demais Componentes = Po		R\$	3.638,70
C - Po / (1-To) = P1		R\$	3.983,26
Valor dos Tributos P1 - Po		R\$	344,55
VIII - PREÇO MENSAL POR POSTO (Mão de obra + Benefícios + Insumos + Custos Indiretos e Lucro + Tributos)		R\$	3.983,26

**FAETEC
ANEXO IV**

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

Planilha de Custos e Formação de Preços para Serviços de gerenciamento de serviços terceirizados de mão de obra nas funções de APOIO ADMINISTRATIVO de executados de forma contínua nas Unidades da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC

Referência - Processo Nº SEI 260005/002832/2020
Pregão Eletrônico nº 03/2021
Data da realização: 26/03/2021 Horário: 10:00
Data da apresentação da proposta: 19/04/2021

I - POSTO DE SERVIÇO	Quantidade
Assistente Administrativo Junior	70

A proposta foi elaborada com base no Salário normativo de R\$ 1.516,70

pertinente ao serviço de Apoio Administrativo, homologado por Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho em nº RJ000713/2021.

MÃO DE OBRA	
Remuneração	Valor (R\$)
Salário	R\$ 1.516,70
Hora Extra	
Adicional (Periculosidade/Insalubridade)	0%
Adicional Noturno + Hora Noturna reduzida	
Outros (especificar)	
Total da Remuneração	R\$ 1.516,70

III - ENCARGOS SOCIAIS (Incidentes sobre valor da remuneração)	
Grupo "A"	
01 - INSS	20,00% R\$ 303,34
02 - SESI ou SESC	1,00% R\$ 15,17
03 - SENAI ou SENAC	1,50% R\$ 22,75
04 - INCRA	0,20% R\$ 3,03
05 - SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50% R\$ 37,92
06 - FGTS	8,00% R\$ 121,34
07 - Seguro Acidente do Trabalho (RAT x FAP)	1,50% R\$ 22,75
08 - SEBRAE	0,60% R\$ 9,10
TOTAL DO GRUPO A	35,30% R\$ 535,40
Grupo "B"	
09 - Férias	11,11% R\$ 168,51
10 - Auxílio Doença	0,01% R\$ 0,15
11 - Licença Maternidade / Paternidade	0,01% R\$ 0,15
13 - Faltas Legais	0,01% R\$ 0,15
14 - Acidente de Trabalho	0,01% R\$ 0,15
15 - Aviso Prévio	1,94% R\$ 29,42
16 - 13º salário	8,33% R\$ 126,34
TOTAL DO GRUPO B	21,42% R\$ 324,88
Grupo "C"	
17 - Aviso Prévio Indenizado	0,42% R\$ 6,37
18 - Indenização Adicional	3,20% R\$ 48,53
19 - Indenização (Rescisões sem justa causa)	0,80% R\$ 12,13
TOTAL DO GRUPO C	4,42% R\$ 67,04
Grupo "D"	
20 - Incidência dos encargos do grupo "A" sobre os itens do grupo "B"	7,56% R\$ 114,68
TOTAL DO GRUPO D	7,56% R\$ 114,68
Grupo "E"	
20 - Incidência dos encargos do grupo "A" sobre o item 17 do grupo "C"	0,15% R\$ 2,25
TOTAL DO GRUPO E	0,15% R\$ 2,25
VALOR DOS ENCARGOS SOCIAIS	68,85% R\$ 1.044,24

VALOR DA MÃO DE OBRA (Remuneração + Encargos Sociais):	R\$ 2.560,94
---	---------------------

IV - BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS	
1 - Auxílio Alimentação	R\$ 368,55
2 - Transporte	R\$ 170,10
Dedução Legal (Base de Cálculo - limite de 6% do salário básico)	-R\$ 91,00
3 - Seguro de Vida	
4 - Benefício Social Familiar	R\$ 16,00
Total dos Benefícios	R\$ 463,65

V - INSUMOS	
1 - Uniformes	R\$ 29,28
2 - Equipamentos	R\$ -
3 - Materiais	R\$ -
4 - Outros (especificar)	R\$ -
Total de Insumos	R\$ 29,28

VI - CUSTOS INDIRETOS E LUCRO	
1 - Despesas Administrativas / Operacionais	0,50% R\$ 15,27
2 - Lucro	0,50% R\$ 15,35
Valor dos Custos Indiretos e Lucro	1,00% R\$ 30,62

VII - TRIBUTOS	
1 - ISSQN	5,00% R\$ 168,83
2 - COFINS	3,00% R\$ 101,30
3 - PIS/PASEP	0,65% R\$ 21,95
Valor dos Tributos	8,65% R\$ 129,24

A - $TRIBUTOS (\%) = T_o$	0,0865
100	
B - $Mão de Obra + Insumos + Demais Componentes = P_o$	R\$ 3.084,48
C - $P_o / (1 - T_o) = P_1$	R\$ 3.376,55
Valor dos Tributos P1 - P0	R\$ 292,07

VIII - PREÇO MENSAL POR POSTO (Mão de obra + Benefícios + Insumos + Custos Indiretos e Lucro + Tributos)	R\$ 3.376,55
---	---------------------

FAETEC
ANEXO IV

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

Planilha de Custos e Formação de Preços para Serviços de gerenciamento de serviços terceirizados de mão de obra nas funções de APOIO ADMINISTRATIVO de executados de forma contínua nas Unidades da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC

Referência - Processo Nº SEI 260005/002832/2020
Pregão Eletrônico nº 03/2021
Data da realização: 26/03/2021 Horário: 10:00
Data da apresentação da proposta: 19/04/2021

I - POSTO DE SERVIÇO	Quantidade
Assistente de Administração Senior	50

A proposta foi elaborada com base no Salário normativo de R\$ 2.008,98

pertinente ao serviço de Apoio Administrativo, homologado por Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho em nº RJ000713/2021.

MÃO DE OBRA			
Remuneração		Valor (R\$)	
Salário		R\$	2.008,98
Hora Extra			
Adicional (Periculosidade/Insalubridade)	0%	R\$	-
Adicional Noturno + Hora Noturna reduzida		R\$	-
Gratificação	0%	R\$	-
		R\$	-
Total da Remuneração		R\$	2.008,98
III - ENCARGOS SOCIAIS (incidentes sobre valor da remuneração)			
Grupo "A"			
01 - INSS	20,00%	R\$	401,80
02 - SESI ou SESC	1,00%	R\$	20,09
03 - SENAI ou SENAC	1,50%	R\$	30,13
04 - INCRA	0,20%	R\$	4,02
05 - SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	R\$	50,22
06 - FGTS	8,00%	R\$	160,72
07 - Seguro Acidente do Trabalho (RAT x FAP)	1,50%	R\$	30,13
08 - SEBRAE	0,60%	R\$	12,05
TOTAL DO GRUPO A		35,30%	R\$ 709,17
Grupo "B":			
09 - Férias	11,11%	R\$	223,20
10 - Auxílio Doença	0,01%	R\$	0,20
11 - Licença Maternidade / Paternidade	0,01%	R\$	0,20
13 - Faltas Legais	0,01%	R\$	0,20
14 - Acidente de Trabalho	0,01%	R\$	0,20
15 - Aviso Prévio	1,94%	R\$	38,97
16 - 13º salário	8,33%	R\$	167,35
TOTAL DO GRUPO B		21,42%	R\$ 430,32
Grupo "C"			
17 - Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$	8,44
18 - Indenização Adicional	3,20%	R\$	64,29
19 - Indenização (Rescisões sem justa causa)	0,80%	R\$	16,07
TOTAL DO GRUPO C		4,42%	R\$ 88,80
Grupo "D":			
20 - Incidência dos encargos do grupo "A" sobre os itens do grupo "B"	7,56%	R\$	151,90
TOTAL DO GRUPO D		7,56%	R\$ 151,90
Grupo "E":			
20 - Incidência dos encargos do grupo "A" sobre o item 17 do grupo "C"	0,15%	R\$	2,98
TOTAL DO GRUPO E		0,15%	R\$ 2,98
VALOR DOS ENCARGOS SOCIAIS		68,85%	R\$ 1.383,17
VALOR DA MÃO DE OBRA (Remuneração + Encargos Sociais):		R\$	3.392,15
IV - BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS			
1	Auxílio Alimentação	R\$	368,55
2	Transporte	R\$	170,10
3	Dedução Legal (Base de Cálculo - limite de 6% do salário básico)	-R\$	120,54
4	Seguro de Vida		
4	Benefício Social Familiar	R\$	16,00
Total dos Benefícios		R\$	434,11
V - INSUMOS			
1	Uniformes	R\$	29,28
2	Equipamentos	R\$	-
3	Materiais	R\$	-
4	Outros (especificar)	R\$	-
Total de Insumos		R\$	29,28
VI - CUSTOS INDIRETOS E LUCRO			
1	Despesas Administrativas / Operacionais	0,50%	R\$ 19,28
2	Lucro	0,50%	R\$ 19,37
Valor dos Custos Indiretos e Lucro		1,00%	R\$ 38,65
VII - TRIBUTOS			
1	ISSQN	5,00%	R\$ 213,15
2	COFINS	3,00%	R\$ 127,89
3	PIS/PASEP	0,65%	R\$ 27,71
Valor dos Tributos		8,65%	R\$ 155,60
A	TRIBUTOS (%) = To		0,0865
100			
B	Mão de Obra + Insumos + Demais Componentes = Po	R\$	3.894,19
C	Po / (1-To) = P1	R\$	4.262,94
Valor dos Tributos P1 - Po		R\$	368,74
VIII - PREÇO MENSAL POR POSTO (Mão de obra + Benefícios + Insumos + Custos Indiretos e Lucro + Tributos)		R\$	4.262,94

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE
MANUTENÇÃO LTDA.R. Vinte e Quatro de Fevereiro, 169
Bonsucesso - CEP 21040-300
Rio de Janeiro - RJ

FAETEC - PE 03/2021

ANEXO VII

PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS POR FUNÇÃO

LOTE 01

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

Função		Carga Horária	Valor Salário	Valor dos Custos (Anexo IV)	Valor Mensal	Valor Anual	Quantidade por Função	Valor Total Anual
APOIO ADMINISTRATIVO								
1	Auxiliar Administrativo IV	44 hrs	R\$ 1.665,93	R\$ 3.645,25	R\$ 3.645,25	R\$ 43.743,03	61	R\$ 2.668.324,70
2	Auxiliar de Escritório	44 hrs	R\$ 1.596,25	R\$ 3.519,79	R\$ 3.519,79	R\$ 42.237,46	48	R\$ 2.027.398,23
3	Repcionista	44 hrs	R\$ 1.381,65	R\$ 3.133,39	R\$ 3.133,39	R\$ 37.600,63	8	R\$ 300.805,08
4	Auxiliar de Almoxarife	44 hrs	R\$ 1.381,65	R\$ 3.133,39	R\$ 3.133,39	R\$ 37.600,63	16	R\$ 601.610,16
5	Almoxarife	44 hrs	R\$ 1.853,65	R\$ 3.983,26	R\$ 3.983,26	R\$ 47.799,06	6	R\$ 286.794,39
6	Assistente Administrativo Junior	44 hrs	R\$ 1.516,70	R\$ 3.376,55	R\$ 3.376,55	R\$ 40.518,64	70	R\$ 2.836.304,71
7	Assistente Administrativo Senior	44 hrs	R\$ 2.008,98	R\$ 4.262,94	R\$ 4.262,94	R\$ 51.155,26	50	R\$ 2.557.762,75
TOTAL ANUAL								R\$ 11.279.000,00

FAETEC
ANEXO I

		SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL ANEXO I PROPOSTA DETALHE		Processo nº SEI 260005/002832/2020 Licitação por: Pregão Eletrônico Nº 003/2021 Requisição: PES Nº			
A empresa ao lado propõe-se a fornecer ao Estado do Rio de Janeiro pelos preços abaixo assinalados, obedecendo rigorosamente às condições constantes no Edital de Licitação por: Pregão Eletrônico 003/2021				<div style="text-align: center;"> CARIMBO  MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA. R. Vinte e Quatro de Fevereiro, 169 Bonsucesso - CEP 21040-300 Rio de Janeiro - RJ </div>			
ITEM	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREVISÃO DE CUSTO R\$		
					MENSAL	GLOBAL	
LOTE 1 - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL - APOIO ADMINISTRATIVO							
1		1- SERVIÇOS TERCEIRIZADOS, DESCRIÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM GERENCIAMENTO DE MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA PARA SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO. Observação: Conforme Termo de Referência anexo. IMPORTANTE: DEVERÁ VIR ACOMPANHADA DOS SEGUINTE FORMULÁRIOS PERTENCENTES AO TERMO DE REFERÊNCIA: - Anexo IV - Planilha de Custos por FUNÇÃO - Anexo VII - Planilha de Estimativa com Preço Unitário por Função	MÊS	12	R\$ 939.916,67	R\$ 11.279.000,00	
TOTAL POR EXTENSO: Onze milhões e duzentos e setenta e nove mil reais.							
OBSERVAÇÕES A PROPOSTA DETALHE deverá: 1ª-Digitar, sem emendas e rasuras; conter os preços em algarismo e por extenso, por unidade, já incluídas as despesas de fretes, impostos federais ou estaduais e descontos especiais a ser datada e assinada pelo gerente ou seu procurador. 2ª- O proponente se obrigará, mediante devolução da PROPOSTA DETALHE, a cumprir os termos nela contidos. 3ª-A via da PROPOSTA DETALHE junto com os outros Anexos, deverão ser entregues na FAETEC, até a hora e data marcadas, em envelope fechado, com a indicação do seu número e data do encerramento. 4ª- A licitação mediante PROPOSTA DETALHE poderá ser anulada no todo, ou em parte, de conformidade com a legislação vigente.				Prazo de execução: 12 (doze) meses. Validade da Proposta Detalhe: Preços validos por 60 (sessenta) dias. Local de Execução: De acordo com os Locais estipulados no Termo de Referência Declaramos inteira submissão ao presente Termo e Legislação vigente. Em: 19 de maio de 2021.  Representante Legal 			
OBS: Informar dos dados bancários: Banco Bradesco N.º Agência: 2949-1 C/C: 29171-4				Firma Proponente: MULTIPLY SERVIÇOS E MANUTENÇÃO EIRELI CNPJ: 04.312.370/0001-15 Tel: (21) 3486-050 Rua Vinte e Quatro de Fevereiro, 169 - Bonsucesso - Rio de Janeiro/RJ. Email: licitacao@multiplyservicos.com.br / mz.servicos2001@gmail.com			



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Fundação de Apoio à Escola Técnica
Vice-Presidência Administrativa

À Presidência

JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

TERMO: DECISÓRIO

FEITO: RECURSO ADMINISTRATIVO

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO 003/2021

RAZÕES: INABILITAÇÃO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM GERENCIAMENTO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE MÃO DE OBRA, DEVIDAMENTE REGULARIZADA, PARA PRESTAR JUNTO AS UNIDADES ESCOLARES DA FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FAETEC, NAS FUNÇÕES DE APOIO ADMINISTRATIVO, DIVIDIDOS EM LOTES ABAIXO ESPECIFICADOS, SENDO ESTES SERVIÇOS DE NATUREZA CONTÍNUA E NOS MOLDES PRECONIZADOS NA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS – CLT, CONFORME PROPOSTA DETALHE (ANEXO I) E TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO III).

PROCESSO SEI-260005/001948/2021

RECORRENTE (S): MULTIPLY SERVIÇOS E MANUTENÇÃO EIRELI

RECORRIDO: FUNDAÇÃO DE APOIO A ESCOLA TÉCNICA

DAS PRELIMINARES

DA TEMPESTIVIDADE

O presente recurso interposto pela empresa **MULTIPLY SERVIÇOS E MANUTENÇÃO EIRELI** é regular por atender o requisito do Artigo 4º, XVIII da Lei 10.520/2002, bem como tempestivo com fundamento no item 13.1 do Edital convocatório do Pregão Eletrônico 003/2021.

DA LEGITIMIDADE

Em que pese não haver nos autos do recurso interposto pela empresa **MULTIPLY SERVIÇOS E MANUTENÇÃO EIRELI** procuração, bem como não haver documentação da empresa e dos sócios, esclareço que foi realizada diligência ao processo **SEI-260005/002832/2020** – Pregão Eletrônico nº 003/2021, para averiguação das rubricas e assinatura e, após o término da análise, nos parece que a peça recursal foi rubricada e assinada por um dos representantes da empresa.

Para que não haja prejuízo à análise da argumentação recursal infra, considera-se de bom senso a superação da possível ilegalidade por falta de comprovação da identificação do recorrente por meio da diligência realizada.

DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

A recorrente aduz que o Pregoeiro decidiu por **desclassifica-la no Lote 01**, sob a argumentação de que as convenções trabalhistas usadas para a elaboração das propostas estariam vencidas.

Salienta que a empresa apresentou toda a documentação de habilitação em conformidade com o instrumento convocatório.

Aduz a possibilidade de correção das planilhas por meio de diligência, sendo esta prática

comum e correta para solução de casos similares.

Por fim, requer o provimento do presente recurso para que a Comissão reveja o ato administrativo impugnado, e, diante do menor preço global apresentado pela recorrente, que seja declarada vencedora do LOTE I.

DA ANÁLISE DO RECURSO

De primeiro, passo a analisar os pressupostos de admissibilidade do recurso, estando à resposta no Edital convocatório, em seu item 13.1, no tópico dos recursos.

Vejamos:

13.1 - A licitante interessada em interpor recurso deverá manifestar-se IMEDIATAMENTE por meio do SIGA, no prazo de 30 (trinta) minutos, APÓS A DECLARAÇÃO DE VENCEDOR PELA PREGOEIRA EXPONDO OS MOTIVOS. Na hipótese de ser aceito o Recurso, será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual período que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata do processo administrativo mediante requerimento dirigido à Pregoeira.

Como se denota, resta explícito que o requisito principal para a propositura do recurso é a existência de uma decisão declarando o vencedor.

Por meio da Nota Técnica emitida por esta Comissão, indexador 17935303, foi informado a todos os interessados a realização do avanço das fases no certame denominado Pregão Eletrônico 003/2021, para declararmos vencedores os proponentes já habilitados.

Desta forma, na sessão iniciada às 14h00min do dia 17 de maio de 2021, foram declarados vencedores os proponentes **VINIL SERVIÇOS E MANUTENÇÃO DE CALDEIRARIA LTDA-ME**, vencedora dos lotes IV, VIII, IX e X; **CNS NACIONAL DE SERVIÇOS LTDA** vencedora dos lotes VI e VII; e **IBS ADMINISTRACAO DE SERVICOS E LOCACAO DE MAO DE OBRA EIRELI** vencedora do lote XI e aberto prazo recursal.

- ▶ 17/05/2021 16:11:40 - Pregoeiro : Senhores licitantes, mais uma vez peço máxima atenção para as seguintes orientações.
- ▶ 17/05/2021 16:13:49 - Pregoeiro : Até o momento o certame apresenta empresas habilitadas que foram declaradas vencedoras conforme abaixo:
- ▶ 17/05/2021 16:13:55 - Pregoeiro : Empresas Vencedoras:
- ▶ 17/05/2021 16:14:05 - Pregoeiro : VINIL SERVIÇOS E MANUTENÇÃO DE CALDEIRARIA LTDA-ME, vencedora dos lotes IV, VIII, IX e X
- ▶ 17/05/2021 16:14:20 - Pregoeiro : CNS NACIONAL DE SERVIÇOS LTDA vencedora dos lotes VI e VII
- ▶ 17/05/2021 16:14:31 - Pregoeiro : IBS ADMINISTRACAO DE SERVICOS E LOCACAO DE MAO DE OBRA EIRELI vencedora do lote XI
- ▶ 17/05/2021 16:17:11 - Pregoeiro : Os demais proponentes foram habilitados apenas para que o avanço das fases no sistema fosse permitida.
- ▶ 17/05/2021 16:17:33 - Pregoeiro : Quanto aos demais LOTES, informamos que iremos retornar as fases para prosseguirmos com a análise da documentação habilitatória.
- ▶ 17/05/2021 16:19:00 - Pregoeiro : Alguma dúvida quanto ao atos praticados, considerando a parametrização do sistema SIGA?
- ▶ 17/05/2021 16:22:09 - Pregoeiro : Considerando a finalização desta etapa, os proponentes convocados deverão apresentar os documentos de habilitação contidos no Edital, de acordo com os prazos lá previstos.
- ▶ 17/05/2021 16:22:30 - Pregoeiro : De acordo com o edital, o prazo máximo para a apresentação dos documentos de habilitação será de até 3 dias úteis.
- ▶ 17/05/2021 16:23:06 - Pregoeiro : Considerando que hoje é 17/05/2021, o prazo máximo para apresentação dos documentos de habilitação finalizará em 20/05/2021 (quinta-feira), de 09h00min às 17h00min.
- ▶ 17/05/2021 16:25:36 - Pregoeiro : Suspenderemos a sessão para recebimento da documentação habilitatória prevista no edital, bem como para o lapso do prazo recursal.
- ▶ 17/05/2021 16:28:39 - Pregoeiro : Considerando a finalização desta etapa, os proponentes convocados nos LOTES I, II, III, V e XII, deverão apresentar os documentos de habilitação contidos no Edital, de acordo com os prazos lá previstos, conforme manifestação retro, pois os mesmos não estão habilitados/vencedores.
- ▶ 17/05/2021 16:29:34 - Pregoeiro : Obrigado a todos e até a próxima sessão!
- ▶ 17/05/2021 16:29:42 - Sistema : Etapa de Análise dos Recursos Encerrada.

Logo, deixo de admitir o recurso interposto pela empresa **MULTIPLY SERVIÇOS E MANUTENÇÃO EIRELI**, uma vez que inexistindo decisão de declaração de vencedor quando da propositura do recurso, **falta-lhe interesse de recorrer**.

Submeto à autoridade superior, o Ilmo. Sr. Presidente da FAETEC, **JOÃO DE MELO CARRILHO**.

Rio de Janeiro, 08 de junho de 2021



Documento assinado eletronicamente por **Jhonatan Silva Santos, Pregoeiro (a)**, em 08/06/2021, às 14:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **17934461** e o código CRC **08487B64**.

Referência: Processo nº SEI-260005/001947/2021

SEI nº 17930255

Rua Clarimundo de Melo, 847, - Bairro Quintino, Rio de Janeiro/RJ, CEP 21311-280
Telefone: 2332-4126 - faetec.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Fundação de Apoio a Escola Técnica

NOTA TÉCNICA SOBRE A HOMOLOGAÇÃO PARCIAL APLICADA NO PREGÃO ELETRÔNICO 003/2021

Objeto: Contratação de empresa especializada em **gerenciamento de serviços terceirizados de mão de obra**, devidamente regularizada, para prestar junto a **Administração Central e Unidades Escolares** da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC, **nas funções de APOIO ADMINISTRATIVO, divididos em LOTES abaixo especificados**, sendo estes serviços de natureza contínua e **nos moldes preconizados na Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência.

Prezados licitantes e demais interessados,

Está sendo realizado por meio do sistema informatizado SIGA o Pregão Eletrônico 003/2021, cujo objeto versa sobre a contratação de empresa especializada em gerenciamento de serviços terceirizados de mão de obra - Apoio administrativo que é composto por 12 Lotes, sendo o tipo de julgamento por lote.

O sistema informatizado SIGA só permite o avanço das fases (habilitação, declaração de vencedor, abertura de prazo recursal, adjudicação pelo ordenador e homologação) após o fechamento das fases em todos os lotes.

Até o momento o certame apresenta empresas habilitadas que serão declaradas vencedoras conforme abaixo:

Empresas Vencedoras:

VINIL SERVIÇOS E MANUTENÇÃO DE CALDEIRARIA LTDA-ME, vencedora dos lotes IV, VIII, IX e X

CNS NACIONAL DE SERVIÇOS LTDA vencedora dos lotes VI e VII; e

IBS ADMINISTRACAO DE SERVICOS E LOCACAO DE MAO DE OBRA EIRELI vencedora do lote XI.

Para que esta declaração de vencedor ocorra às citadas empresas no sistema informatizado, devido a sua parametrização do sistema e diante de sua operacionalidade, a homologação parcial só é possível diante da homologação de todo o certame seguido da contratação daqueles lotes real homologados concomitante à



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Fundação de Apoio a Escola Técnica

análise de habilitação dos potenciais vencedores daqueles lotes “pendentes de homologação”.

O edital pela premissa do princípio da economicidade e da eficiência administrativas, reuniu em um mesmo certame, diversos lotes que poderiam ser licitados separadamente, empreendendo-se, em tese, maior agilidade e economia na seleção da melhor proposta para a Administração, considerando que são praticados, uma única vez, todos os atos preparatórios para a realização da licitação, tais como as manifestações técnicas e jurídicas, as publicações, entre outros, sendo o tipo de julgamento por lote, sendo assim a licitação autônoma, com regramento próprio e existência distinta das demais licitações que integram o mesmo edital, de modo que, ao final, serão firmados tantos contratos quantos forem os lotes/itens adjudicados.

Desta forma, considerando que os lotes/itens são, tecnicamente, licitações autônomas; que existe discricionariedade atribuída à Administração para reunir ou não os objetos no mesmo certame; que, em razão da citada autonomia, há pluralidade de julgamentos, pois cada um dos lotes/itens é julgado individualmente, tanto no que diz respeito aos requisitos de habilitação, que são analisados e processados autonomamente em relação a cada item específico do edital, quanto em relação a apreciação dos recursos interpostos.

Diante dos fatos foi solicitado a Assessoria Jurídica desta Fundação através do processo SEI-260005/001762/2021 acerca da possibilidade de homologação dos lotes com empresas já habilitadas, onde obteve-se resposta favorável encontrando-se a mesma disponível nos documentos avulsos do Edital.

Sendo assim, informamos que seguiremos com o avanço das fases no presente certame, para declararmos vencedores os proponentes já habilitados VINIL SERVIÇOS E MANUTENÇÃO DE CALDEIRARIA LTDA-ME arrematante dos LOTES IV, VIII, IX e X; CNS NACIONAL DE SERVIÇOS LTDA arrematante dos LOTES VI e VII e IBS ADMINISTRACAO DE SERVICOS E LOCACAO DE MAO DE OBRA EIRELI arrematante do LOTE XI.

Quanto aos demais LOTES, informamos que iremos retornar as fases para prosseguirmos com a análise da documentação habilitatória.

Atenciosamente,
Comissão de Pregão Eletrônico.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Fundação de Apoio à Escola Técnica
Presidência

PARECER N° 87/2021/FAETEC/ASSJUR
PROCESSO N° SEI-260005/001948/2021
INTERESSADO: COMISSÃO DE LICITAÇÃO, PRESIDÊNCIA, MULTIPLY
ASSUNTO: Impugnação Edital Pe 03/21

EMENTA: Análise de Impugnação do Pregão Eletrônico 03/21. Inadmissão do Recurso. Falta a Declaração do Vencedor

À Presidência,

I. RELATÓRIO

Trata-se de impugnação apresentada pela empresa **MULTIPLY SERVIÇOS E MANUTENÇÃO EIRELI** ao Pregão Eletrônico nº. 003/2021, que tem por objeto a contratação de empresa especializada em **gerenciamento de serviços terceirizados de mão de obra**, devidamente regularizada, para prestar junto as Unidades Escolares da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC, **nas funções de APOIO ADMINISTRATIVO**, sendo estes serviços de natureza contínua e nos moldes preconizados na Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT

A recorrente alega a improcedência da sua inabilitação e apresenta recurso face a suposta declaração de vencedor no lote em que participa.

A Comissão de Licitação, por sua vez, em pronunciamento por meio do despacho 17934461, inicialmente, alega que o recurso não deve ser admitido, posto que interposto fora da previsão do edital, posto que não existe vencedor para o lote em questão:

"De primeiro, passo a analisar os pressupostos de admissibilidade do recurso, estando à resposta no Edital convocatório, em seu item 13.1, no tópico dos recursos.

Vejamos:

13.1 - A licitante interessada em interpor recurso deverá manifestar-se **IMEDIATAMENTE** por meio do SIGA, no prazo de 30 (trinta) minutos, **APÓS A DECLARAÇÃO DE VENCEDOR PELA PREGOEIRA EXPONDO OS MOTIVOS**. Na hipótese de ser aceito o Recurso, será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões, ficando as demais licitantes desde logo intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual período que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata do processo administrativo mediante requerimento dirigido à Pregoeira.

Como se denota, resta explícito que o requisito principal para a propositura do recurso é a existência de uma decisão declarando o vencedor.

Por meio da Nota Técnica emitida por esta Comissão, indexador 17935303, foi informado a todos os interessados a realização do avanço das fases no certame denominado Pregão Eletrônico 003/2021, para declararmos vencedores os proponentes já habilitados. "

II. FUNDAMENTAÇÃO

A premissa norteadora da manifestação que esta Assessoria passa a expor é que o interesse público deve ser o único objetivo certo de qualquer ato administrativo.

Partindo deste princípio, entendemos que, com as previsões editalícias, visa a Administração justamente conferir publicidade e impessoalidade ao feito (artigo 37, caput da CRFB). Deve o proponente comprovar a sua capacidade efetiva para participar do certame, impedindo assim que empresas que não detenham a viabilidade técnica necessária para o atendimento ao interesse público, que nunca é demais lembrar; não se confunde com o interesse privado.

Os requisitos dispostos no edital visam à garantia de que a empresa proponente detém a logística necessária para o atendimento do objeto licitado. Neste diapasão, não é demasiado ressaltar que o Edital é a regra da Licitação, ou seja, é deste instrumento que emanam os preceitos que regem a realização do certame. Nesse sentido já eram as clássicas lições do mestre Hely Lopes Meirelles in *“Direito Administrativo Brasileiro – 21ª edição”* - São Paulo: Malheiros, 1996, página 260:

“**Edital:** edital é o instrumento pelo qual a Administração leva ao conhecimento público a abertura da concorrência, de tomada de preços, de concurso e de leilão, fixa as condições de sua realização e convoca os interessados para a apresentação de suas propostas. Como lei interna da concorrência e da tomada de preços, vincula inteiramente a Administração e os proponentes. (...)”

Sendo assim, o edital no seu item 13 traz o tópico dos recursos, como ora transcrito:

13.1 - A licitante interessada em interpor recurso deverá manifestar-se IMEDIATAMENTE por meio do SIGA, no prazo de 30 (trinta) minutos, APÓS A DECLARAÇÃO DE Governo do Estado do Rio de Janeiro Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação Fundação de Apoio a Escola Técnica Assessoria Especial – Setor de Licitações Rua Clarimundo de Melo, 847 – Quintino Bocaiuva – CEP 21.311-280 – Rio de Janeiro/RJ 17/27 VENCEDOR PELA PREGOEIRA EXPONDO OS MOTIVOS. Na hipótese de ser aceito o Recurso, será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões, ficando as demais licitantes desde logo intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual período que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes asseg

O item 13.1 do Edital estipulam o prazo de 3 (três) dias úteis após a declaração do vencedor pelo pregoeiro, expondo os motivos por meio do sistema eletrônico. Sendo assim, como informado, o caso em questão se tratou de uma licitação por lotes com homologação parcial apenas dos lotes já terminados. Como informação da CPE no lote em questão não houve declaração de vencedor, logo o prazo recursal não se iniciou.

Quanto a possibilidade da homologação parcial, essa ASSJUR se manifestou no Parecer 75 (16903258).

A consulta formulada se resume à análise da possibilidade de se proceder a homologação individualizada de cada um dos itens/lotos que compõem as licitações realizadas pela FAETEC quando surgirem intercorrências, a exemplo da interposição de recursos na licitação ou suspensão por ato judicial, que afetem um ou alguns dos itens/lotos que compõem o certame.

De plano, anota-se que a questão trazida perpassa pela investigação da natureza jurídica da divisão do certame em lotes ou itens, para, após, concluir acerca da possibilidade, ou não, da realização da homologação nos termos em que pretende CPE.

A divisão da licitação em itens/lotos, como regra, tem como premissa o princípio da economicidade e da eficiência administrativas, na medida em que são reunidos, num mesmo certame, diversos objetos que poderiam ser licitados separadamente, empreendendo-se, em tese, maior agilidade e economia na seleção da melhor proposta para a Administração. Além disso, são praticados, uma única vez, todos os atos preparatórios para a realização da licitação, tais como as manifestações técnicas e jurídicas, as publicações, entre outros.

Em síntese, em um único edital, são reunidas, por discricionariedade administrativa, tantas licitações quantos forem os lotes/itens que a Administração necessite, pois que cada um deles será considerado como uma licitação autônoma, com regramento próprio e existência distinta das demais licitações que integram o mesmo edital, de modo que, ao final, serão firmados tantos contratos quantos forem os lotes/itens adjudicados.

Na esteira do que se expôs, é de se concluir, portanto, que o lote/item que integra um edital de licitação tem natureza jurídica de licitação autônoma, tendo, por assim dizer, "vida jurídica própria e independente" em relação aos demais. Assim leciona o professor Marçal Justen Filho em sua

obra Comentários a Lei de Licitações:

A licitação por itens consiste na concentração, em um único procedimento licitatório, de uma pluralidade de certames, de que resultam diferentes contratos. A licitação por itens corresponde, na verdade, a uma multiplicidade de licitações, cada qual com existência própria e dotada de autonomia jurídica, mas todas desenvolvidas conjuntamente em um único procedimento, documentado nos mesmos autos. Poderia aludir-se a uma hipótese de "cumulação de licitações" ou "licitações cumuladas; fazendo-se paralelo com a figura da cumulação de ações conhecida no âmbito do Direito Processual." (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos, 15. ed. Pág. 310/311. São Paulo. Dialética, 2102.)

Desta forma, considerando que os lotes/itens são, tecnicamente, licitações autônomas; que existe discricionariedade atribuída à Administração para reunir ou não os objetos no mesmo certame; que, em razão da citada autonomia, há pluralidade de julgamentos, pois cada um dos lotes/itens é julgado individualmente, tanto no que diz respeito aos requisitos de habilitação, que são analisados e processados autonomamente em relação a cada item específico do edital, quanto em relação a apreciação dos recursos interpostos; e, por fim, pelo fato de que cada um dos itens/lotos será objeto de contratação individualizada pela Administração, é forçoso concluir que não há razões jurídicas para não se admitir que o ato de homologação do certame seja procedido levando em conta cada um dos objetos licitados no certame, ainda mais quando o elemento central que autorizou a reunião das licitações em um único edital, que é a economia de tempo e de recursos, pode ser comprometido quando há intercorrências processuais que atrasam ou impedem que um ou mais lotes/itens possam ser homologados no mesmo ato, causando prejuízos tanto à Administração quanto aos vencedores do certame.

III. CONCLUSÃO

Por todo o exposto, não tendo esta Assessoria a pretensão de fazer doutrina neste parecer, nos coadunamos com a sua posição, cabendo ressaltar, por fim, que a Comissão é soberana para analisar e julgar todos os procedimentos do certame, por força do art. 6º, XVI da 8.666/93.

Art. 6º - Para os fins desta Lei, considera-se:

(...)

XVI - Comissão - comissão, permanente ou especial, criada pela Administração com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes.

Diante disso, esta ASSJUR opina pelo não acolhimento da impugnação, pelos termos acima expostos.

Priscila de Oliveira Teixeira

Assessoria Jurídica FAETEC

ID 511577-30 - OAB/RJ 147.242



Documento assinado eletronicamente por **Priscila de Oliveira Teixeira, Assessor(a) Técnico(a)**, em 08/06/2021, às 16:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **17939776** e o código CRC **88090F92**.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Fundação de Apoio à Escola Técnica
Presidência

À Comissão de Pregão Eletrônico-COMISPE,

Tendo em vista o relatado por esta Comissão no despacho de indexador nº 17934461 e o Parecer 87 da douta FAETEC/ASSJUR, indexador nº 17939776, acompanho o entendimento de ambos no sentido da **inadimissão do Recurso**.

Atenciosamente,

João de Melo Carrilho
Presidente da FAETEC
ID 51151057

Rio de Janeiro, 08 de junho de 2021



Documento assinado eletronicamente por **João de Melo Carrilho, Presidente**, em 08/06/2021, às 16:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **17944134** e o código CRC **66BE5A51**.

Referência: Processo nº SEI-260005/001948/2021

SEI nº 17944134

Rua Clarimundo de Melo, 847, - Bairro Quintino, Rio de Janeiro/RJ, CEP 21311-280
Telefone: 2333-9631 - faetec.rj.gov.br